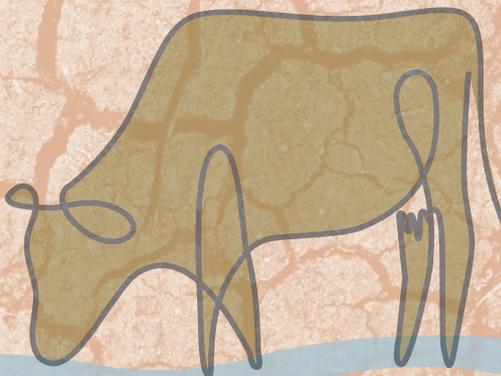
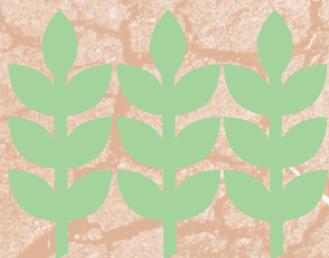
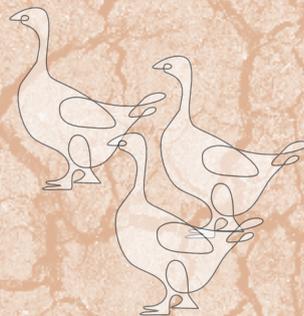
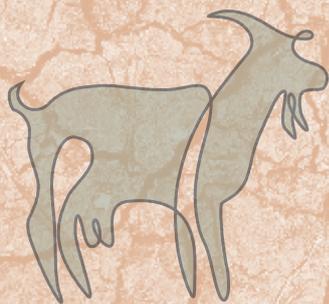


A luta pelo nosso futuro:

Um guia da UITA para combater a crise climática na pecuária intensiva





Este guia foi preparado por Georgia Montague-Nelson, do Global Labor Institute (GLI)
Manchester, Reino Unido

<https://www.gli-manchester.net/>

O GLI gostaria de agradecer àquelas pessoas que contribuíram com informações e que forneceram seu feedback para o desenvolvimento deste guia.

Este guia tem como base a pesquisa de Elena Pagnoni.



O desenvolvimento deste guia só foi possível graças ao apoio político e financeiro do Friedrich-Ebert-Stiftung.

Design e layout: m+m Studios, África do Sul

Data: Janeiro de 2022

Photos: Mike Erskine, Unsplash | MediaClub



Há um século, a UITA luta em prol dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras pela democracia e justiça social. Sempre estivemos ao lado da classe trabalhadora para apoiar a sua luta pela defesa e garantia de seus direitos.

No século XXI, a humanidade enfrenta uma crise sem precedentes, que ameaça aumentar exponencialmente o número de pessoas que enfrentam a desnutrição e situações de conflito. A crise ameaça destruir postos de trabalho e meios de subsistência e causar o deslocamento de pessoas em números jamais vistos.

A crise climática só pode ser solucionada em conjunto com a luta pelos direitos, pela igualdade e pela justiça. A Luta pelo nosso Futuro significa lutar por um sistema alimentar que não admita práticas exploradoras e extrativistas e que se renove em harmonia com a estabilidade ambiental e climática. Esse fato não pode ser separado da luta pelos direitos, pela igualdade e pela justiça em prol de trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo.

Sue Longley, Secretária Geral da UITA

SIGLAS E ABREVIATURAS

CAFO	Sigla em inglês para operações de confinamento
CO2	Dióxido de carbono
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
EFTA	Associação Europeia de Comércio Livre
FAO	Organização para a Alimentação e Agricultura
GEE	Gás de efeito estufa
HKMP	Sindicato Hind Khet Mazdoor Panchayat
OIT	Organização Internacional do Trabalho
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
CSI	Confederação Sindical Internacional
UITA	União Internacional de Trabalhadores da Alimentação, Agrícolas, Hotéis, Restaurantes, Tabaco e Afins
KUSPAW	Sindicato queniano de trabalhadores e trabalhadoras de plantação de açúcar e associados
NNF	Sindicato dos trabalhadores da alimentação (Dinamarca)
ONG	Organização não governamental
SST	Saúde e segurança no trabalho
ETN	Empresa transnacional
UFCW	Sindicato de Trabalhadores da Alimentação e Comércio dos EUA (América do Norte)
RU	Reino Unido
ONU	Organização das Nações Unidas
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
EUA	Estados Unidos da América
OMC	Organização Mundial do Comércio





ÍNDICE

Introdução Introdução 8

GUIA..... 10

A Entendendo a crise climática 10

- I. O que são mudanças climáticas? 10
- II. A Crise Climática & Produção Pecuária Intensiva 12
 - A. Principais causas das emissões de gases efeito estufa na pecuária intensiva 14
 - B. Por que pecuária intensiva?..... 15
- III. Por que a crise climática é uma questão sindical? 19

B Ação..... 21

- IV. Transformação do sistema alimentar 21
 - A. O que é uma “transição justa”? 21
 - B. Princípios para uma transição justa na pecuária..... 23
 - C. Quais são as alternativas? 26
 - 1. Agroecologia 26
 - 2. Sistemas alimentares locais democráticos 32
- V. Poder sindical para uma transição justa 35
 - A. Ação no local de trabalho 35
 - B. Lobby junto as governos nacionais, estaduais e locais 38
 - C. Lobby junto às instituições internacionais 42
 - D. No sindicato 43

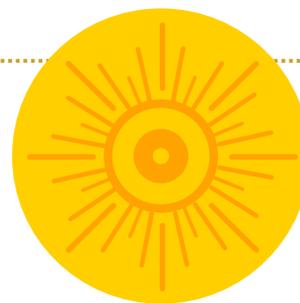
👉 CADERNO DE ATIVIDADES 45

- Atividade 1:** Entendendo a crise climática 48
- Atividade 2:** Como meu local de trabalho contribui para a crise climática?..... 50
- Atividade 3:** Planejando uma transição justa 52
- Atividade 4:** Por que a crise climática é uma questão sindical?..... 54
- Atividade 5:** Negociação com as empresas 56
- Atividade 6:** Construção de uma campanha para lobby junto aos governos 61

GLOSSÁRIO

Dumping agrícola	Quando mercadorias são exportadas a preços muito inferiores daqueles do custo de produção. Isso incentiva a superprodução, distorce preços e reduz o rendimento de pequenos agricultores. Os países de baixa renda são os que mais sofrem com esta prática.
Agroquímicos/agrotóxicos	Substâncias químicas usadas na agricultura. Incluem, por exemplo, pesticidas, herbicidas e fertilizantes sintéticos. Muitos agroquímicos são tóxicos e podem causar graves riscos ao meio ambiente e à saúde.
Agroecologia	Produção de alimentos em harmonia com o clima e seres humanos. É a substituição do uso de grandes volumes de fertilizantes e pesticidas artificiais por formas orgânicas de produção de alimentos. Significa também transformar as desigualdades de poder no sistema alimentar global.
Agrofloresta	Onde árvores e arbustos são cultivados juntamente com lavouras ou pastos para melhorar a nutrição animal.
Gases antropogênicos de efeito estufa	Emissões de gases de efeito estufa causadas pela atividade humana. Os três principais gases de efeito estufa são o metano, o óxido nitroso e o dióxido de carbono.
Biodiversidade	A variedade da vida vegetal/animal em um determinado habitat ou no mundo.
Mudanças climáticas/crise climática	As alterações globais nos padrões climáticos causadas pelo aquecimento do planeta. Elas atingiram patamares críticos e estão colocando em risco bilhões de vidas e meios de subsistência.
Acordos coletivos de trabalho	Acordos por escrito que determinam as condições de trabalho e a vigência do contrato de trabalho resultantes de negociações (coletivas) entre sindicatos e empregadores.
Sistema de confinamento	Um sistema de pecuária no qual um grande número de animais é criado em um espaço confinado.
Descarbonizar	Remover ou reduzir as emissões de dióxido de carbono.
Ecosistema	Uma comunidade de plantas, animais e outros organismos, clima e território.
Pecuária extensiva	Os animais são alimentados com o ecossistema/recursos naturais, como a pastagem. Aqui, os animais não são mais alimentados em sistemas de confinamento.
Segurança alimentar	Quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável.
Soberania alimentar	O direito de todos os povos, comunidades e países para definirem suas próprias políticas agrícolas, pastorais, laborais, piscatórias, alimentares e fundiárias que sejam adequadas do ponto de vista ecológico, social, econômico e cultural para suas circunstâncias específicas. Inclui o verdadeiro direito à alimentação e à produção de alimentos, o que significa que todas as pessoas têm o direito a alimentos seguros, nutritivos e adequados do ponto de vista cultural, bem como a recursos destinados à produção de alimentos e à capacidade de se sustentarem a si mesmas e às suas sociedades.

Acordos de livre comércio/ Acordos de comércio e de investimento	Acordos entre dois ou mais países para reduzir ou eliminar barreiras ao comércio e incentivar mais comércio e investimentos. Uma característica comum de tais acordos é a promoção dos direitos dos investidores em detrimento dos direitos humanos universais.
Aquecimento global	Aumento da temperatura do planeta como resultado da atividade humana.
Efeito estufa	O processo natural no qual uma camada de gases na atmosfera (chamada de gases de efeito estufa) retém o calor do sol que se reflete na superfície da terra. É isso que mantém o planeta em uma temperatura adequada para permitir que haja vida.
Greenwashing	O processo através do qual uma empresa/organização promove uma iniciativa ecológica/sustentável para desviar a atenção de práticas prejudiciais ao meio ambiente.
Sistemas integrados de pecuária	É aqui que a pecuária é incorporada a operações agrícolas mais amplas. Isso permite que haja sistemas mais eficientes e sustentáveis, pois o gado pode ser alimentado com culturas ou forragens produzidas na própria fazenda.
Pecuária intensiva	Tipo de produção agropecuária com o objetivo de maximizar a produção e minimizar os custos. É também conhecida como "pecuária industrial".
Transição justa	Um mecanismo para proteger empregos, rendas e meios de subsistência ameaçados pelas políticas climáticas. Também faz um apelo à transformação socioeconômica da economia global.
Sistemas de integração lavoura-pecuária	Um sistema agrícola que envolve o cultivo de lavouras junto com a criação de gado. Existe uma rotação entre os animais e as lavouras, permitindo a regeneração do solo.
Monoculturas	Um tipo de agricultura onde somente um tipo de lavoura é cultivado por vez. Isso ajuda a aumentar o rendimento e o lucro e a reduzir custos.
Energia renovável	Energia proveniente de fontes naturais. A energia eólica, hídrica e solar são energias renováveis.
Sistemas de pastejo rotacionado	O gado é movido para diferentes partes (frescas) de pasto/pastagem para permitir o descanso, o rebrote e o reestabelecimento das áreas utilizadas.
Subsídios	Verbas oferecidas pelo governo/organismos públicos para ajudar uma indústria a manter preços baixos.
Gestão da oferta	Sistema desenvolvido para controlar a oferta e estabilizar o preço da produção pecuária. O controle da oferta evita a superprodução e proporciona rendas justas e estáveis aos agricultores e agricultoras, salários justos para a classe trabalhadora e preços justos para consumidores. As grandes empresas e políticos, que privilegiam acordos de comércio e de investimento, se opõem a este sistema.
Zoonose	Uma doença que é transmitida de animais para seres humanos.



INTRODUÇÃO

A crise climática já está aniquilando os meios de subsistência de trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo, sendo especialmente preocupante para aquelas pessoas que trabalham no setor da pecuária. A pecuária é um dos setores com as mais altas taxas de emissão do sistema alimentar global. Por outro lado, o setor também sofre com os impactos das mudanças climáticas.

Mais do que nunca, é necessária uma transformação global urgente para um sistema de produção de alimentos que seja menos prejudicial ao clima e que faça uso de práticas mais sustentáveis. Entretanto, esse é um grande desafio para trabalhadores e trabalhadoras cujos meios de subsistência podem sofrer os impactos negativos da transição. Para garantir que a classe trabalhadora não seja abandonada durante qualquer tipo de transição, é preciso que os sindicatos exijam a participação na liderança e na elaboração das mudanças necessárias. Ou seja, a luta por **uma transição justa**.

A Transição Justa é um mecanismo para proteger empregos, rendas e meios de subsistência ameaçados pelas políticas climáticas. Isto significa não deixar que as pessoas cujos trabalhos serão afetados pela transição sejam abandonadas: é preciso ouvir a classe trabalhadora e a transição deve criar empregos verdes, dignos e seguros. De forma mais ampla, ela também exige uma profunda transformação socioeconômica da economia global para combater as principais causas da crise climática. Para isso, é preciso que haja uma mudança radical do sistema atual para um mundo mais igualitário, justo e sustentável. Os sindicatos devem tomar medidas práticas a nível local para facilitar a transformação do sistema alimentar global.

Em 2017, o 27.º Congresso da UITA aprovou uma resolução que coloca a crise climática no centro do trabalho da UITA.¹ Em 2019, a UITA realizou uma oficina sobre o clima para afiliadas nos setores da carne, laticínios e agricultura. As afiliadas identificaram a necessidade de políticas e de recursos didáticos para auxiliar na transição para uma indústria de alimentos mais favorável ao clima. A UITA encomendou uma pesquisa sobre o tema, que serviu como base para este guia.

A quem se destina este guia?

Este é um guia sobre a crise climática para representantes do local de trabalho e delegados sindicais no setor da carne, laticínios e agricultura. Ele é especialmente relevante para líderes sindicais, incluindo líderes do local de trabalho, de sindicatos da agricultura e da indústria de processamento de alimentos com membros trabalhando na pecuária de carne e de leite, comitês de mulheres e jovens trabalhadores e trabalhadoras. O guia tem uma abrangência mundial.

Qual é o objetivo deste guia?

O objetivo deste guia é servir como base para que sindicatos possam influenciar as condições para uma transição justa para trabalhadores e trabalhadoras da indústria da carne e de laticínios e para permitir que possam propor as soluções transformadoras necessárias para enfrentar a crise climática.

Este guia irá:

- chamar a atenção para os impactos da pecuária intensiva na crise climática;

¹ Para mais informações, consulte a resolução da UITA aqui: <https://www.iuf.org/what-we-do/policy-perspectives/climate-crisis/>

- permitir que sindicatos compreendam as alternativas para uma indústria sustentável de carne e de laticínios e os métodos para reduzir as emissões na agricultura;
- incentivar os sindicatos a proporem soluções práticas para atenuar a crise climática e a tomarem medidas para influenciar as condições de uma transição justa para trabalhadores e trabalhadoras nos setores da carne e de laticínios;
- incentivar os sindicatos a integrarem a transição justa nos planos de negociação sindical tanto no local de trabalho quanto nas empresas;
- capacitar os sindicatos para que possam ajudar a moldar e a chegar a um consenso na formulação de políticas, programas e planos de ação para a transição para empresas e economias mais favoráveis ao clima;
- capacitar os sindicatos para pressionar os governos a apoiarem a transição para um sistema alimentar mais sustentável;
- incentivar os sindicatos a criarem campanhas de oposição a acordos de livre comércio que aumentam os impactos negativos no clima;
- melhorar a participação das mulheres trabalhadoras nas negociações sobre mudanças climáticas nos setores da carne e laticínios.

Como utilizar este guia?

Este documento inclui **um guia sobre a crise climática** e um **caderno de atividades**.

O **guia** fornece informações sobre como a pecuária intensiva contribui para a crise climática, o porquê de a crise climática ser uma questão sindical e como os sindicatos podem ajudar. Para isso, o guia leva em consideração um contexto político mais amplo. Para reconhecer a necessidade de transformação do sistema para enfrentar a crise climática, é fundamental que os sindicatos entendam contexto. Os sindicatos podem utilizar estas informações para formular reivindicações práticas a nível local.

O conteúdo do guia pode ser utilizado como um todo, com participantes trabalhando em cada seção e atividade por vez, ou as seções podem ser utilizadas separadamente, dependendo da necessidade no seu contexto local.

O **Guia** contém:

- resumos sobre as principais questões;
- outros recursos que podem ser úteis para informações e aprendizagem adicionais;
- alguns exemplos de boas práticas por parte dos sindicatos.

A ação para a crise climática é uma questão relativamente nova para os sindicatos. Por isso, não existe um número suficiente de bons exemplos de ação sindical que sejam relevantes para o setor, o que ressalta na necessidade de mais ações sindicais em matéria de crise climática na pecuária. Entretanto, o guia apresenta alguns exemplos de outros setores.

O **caderno de atividades** contém exercícios que podem ajudar os sindicatos a entender melhor as principais questões, a planejar uma transição justa e a desenvolver ações práticas. As atividades podem ser utilizadas da forma como são apresentadas ou podem ser adaptadas para satisfazer as necessidades locais.

O **caderno de atividades** contém:

- as anotações para facilitadores, descrevendo objetivos, resultados pretendidos e instruções sobre como executar a atividade;
- folhas de atividades para participantes;
- alguns recursos adicionais que podem ser úteis para a sessão.



GUIA

A ENTENDENDO A CRISE CLIMÁTICA

Esta seção fornece algumas informações de base a respeito da crise climática. Ela explica também a contribuição da pecuária intensiva para a crise climática.

- Desde o século XIX, a atividade humana causou o aumento de mais de 1 °C das temperaturas anuais do planeta.
- O aumento das temperaturas está causando mudanças climáticas. Os níveis dos oceanos estão subindo, assim como o número de eventos meteorológicos extremos.
- Os cientistas definiram um aumento de temperatura de 1,5 °C como o limite “seguro” para o aquecimento global.²

I. O QUE SÃO MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

O planeta está em crise. As mudanças climáticas estão ameaçando o mundo e afetando toda a classe trabalhadora.

As mudanças climáticas são alterações globais nos padrões climáticos causadas pelo aquecimento do planeta. Elas incluem:

- o aumento das temperaturas da terra e dos oceanos;
- eventos climáticos mais frequentes e extremos, incluindo ondas de calor e secas, chuvas mais intensas e enchentes, furacões e ciclones;
- degelo precoce e perda de geleiras e de gelo, contribuindo para o aumento do nível dos oceanos.

Em todo o mundo, tais mudanças estão impactando de forma negativa a vida das pessoas e do planeta.

As mudanças climáticas estão se tornando tão extremas que são hoje amplamente referidas como “**crise climática**” ou “**emergência climática**”.

O que é o ‘aquecimento global’?

A temperatura do planeta depende do **efeito estufa**, que é quando uma camada de gases na atmosfera (*chamada de **gases de efeito estufa***) retém o calor do sol que se reflete na superfície da terra. É isso que mantém uma temperatura adequada na Terra para permitir que haja vida.

² For more information see: <https://www.bbc.co.uk/news/science-environment-45678338>

Mas a atividade humana está aumentando a concentração de gases de efeito estufa que são liberados na atmosfera (*as chamadas emissões*). As emissões de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da atividade humana (chamados **gases antropogênicos de efeito estufa**) são causadas principalmente por três gases de efeito estufa:

- **metano**, produzido principalmente pela agricultura e pelo desperdício de alimentos;
- **óxido nitroso**, produzido por fertilizantes, resíduos da pecuária e a queima de combustíveis fósseis e madeira;
- **dióxido de carbono**, produzido a partir da queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás, carvão), para a geração de energia, e do desmatamento, que remove as plantas capazes de captar o dióxido de carbono, causando a liberação do gás na atmosfera.³

Tais GEE ficam retidos na atmosfera e aumentam as temperaturas globais. O fenômeno é conhecido como **aquecimento global**. Desde o século XIX, a atividade humana causou o aumento de mais 1 °C nas temperaturas anuais globais.

Pode não parecer muito, mas a menos que limitemos o aquecimento a menos de 2 °C, os efeitos serão catastróficos: o colapso de ecossistemas já frágeis, o deslocamento de comunidades, eventos climáticos ainda mais extremos, a insegurança alimentar e conflitos que, com o aumento da escassez de recursos, forçam a migração das pessoas.

Ação internacional para mudanças climáticas

Em 1992, as **Nações Unidas (ONU)** estabeleceram um acordo internacional para enfrentar as mudanças climáticas (*a chamada Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima [CQNUAC]*). Como resultado, desde 1995, são realizadas conferências anuais para discutir o clima (*as chamadas Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas/COP*). Tais conferências reúnem todos os países que aprovaram a Convenção para avaliar os progressos realizados no combate às mudanças climáticas. Também são negociadas os compromissos dos países do Norte Global para reduzir as emissões de GEE. Os sindicatos têm uma representação limitada em tais reuniões.⁴

Em 2015, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas adotou o **Acordo de Paris**. Trata-se de um acordo juridicamente vinculativo obrigando os 191 países signatários a combater as mudanças climáticas por meio da redução das emissões de GEE e a transição para economias mais sustentáveis. Ele define também um limite de aquecimento global de 1,5-2 °C para prevenir os piores impactos das mudanças climáticas.⁵

Mas ainda há muito a ser feito para limitar o aquecimento global a níveis gerenciáveis.

Em 2021, o Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (IPCC) (um órgão intergovernamental das Nações Unidas) publicou um relatório alertando que a atividade humana está afetando o clima de forma irreversível. Se não houver uma “redução imediata, rápida e substancial das emissões de GEE”, será impossível limitar o aquecimento global a 1,5 °C e é provável que haja a destruição do clima.⁶



3 Para mais informações a respeito do aquecimento global, consulte: https://www.tuc.org.uk/sites/default/files/2021-06/greenerworkplaces_may21_2.pdf

4 Para mais informações sobre a participação dos sindicatos, consulte: <https://cop26coalition.org/about/the-coalition/>

5 Para mais informações a respeito do Acordo de Paris, consulte: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement> and <https://youtu.be/WiGD0OgK2ug>

6 Para mais informações, consulte: <https://www.ipcc.ch/2021/08/09/ar6-wg1-20210809-pr/> e para um resumo acessível do relatório, consulte: <https://www.theguardian.com/science/2021/aug/09/humans-have-caused-unprecedented-and-irreversible-change-to-climate-scientists-warn>

II. A CRISE CLIMÁTICA & PRODUÇÃO PECUÁRIA INTENSIVA

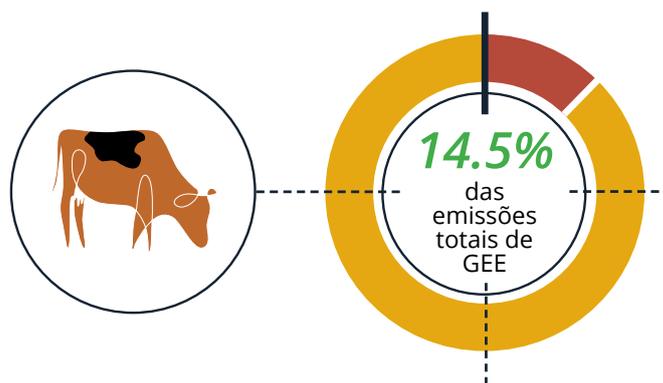
- O sistema alimentar global é responsável por mais de 1/3 das emissões de GEE.
- A cadeia de fornecimento da pecuária contribui com cerca de 14,5% das emissões globais totais.
- O gado é o maior emissor, responsável por cerca 62% das emissões dos setores.
- A América Latina e a Ásia são as maiores emissoras de GEE.

Crise Climática & Pecuária

A crise climática é uma ameaça para o mundo todo, mas é uma preocupação especial para aquelas pessoas que trabalham na indústria de alimentos. Isso porque o setor sofre e, ao mesmo tempo, tem impactos negativos para a crise climática.

O sistema alimentar global é responsável por mais de um terço de todas as emissões de GEE causadas pela humanidade. A produção intensiva de carne e de laticínios (**pecuária intensiva**) é o setor que consome mais recursos e emite as taxas mais altas de gases da agropecuária. Ele é responsável por 14,5% de todas as emissões de GEE causadas pela atividade humana em nível global.⁷

A pecuária contribui com 7.100 MtCO₂e/ano ou 14,5% das emissões totais de GEE

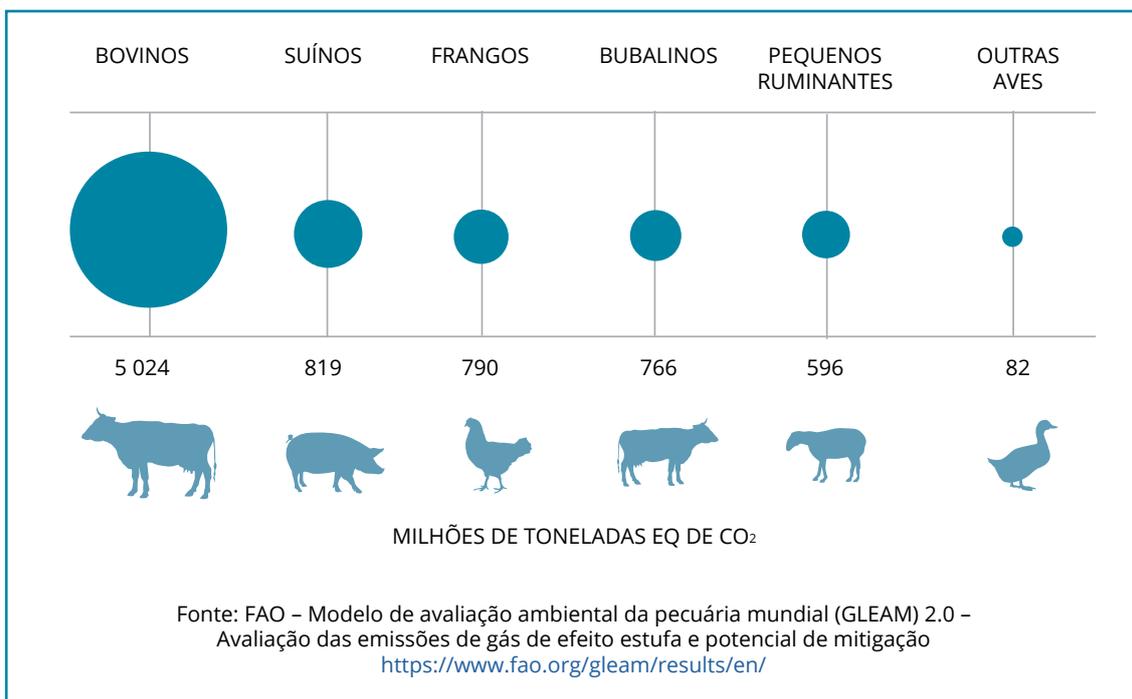


Fonte: <https://ccafs.cgiar.org/bigfacts/#theme=food-emissions>

⁷ Para mais informações, consulte: <http://www.fao.org/news/story/en/item/197623/icode/>

A **pecuária intensiva** (também conhecida como “pecuária industrial”) é um método de criação de animais para carne e laticínios que se concentra em maximizar a escala de produção e de eficiência e minimizar os custos. No atual sistema alimentar global, a pecuária intensiva é o principal modelo de produção de carne e de laticínios.⁸

O **confinamento (CAFO, da sigla em inglês)** é o sistema mais amplamente utilizado na pecuária intensiva. Trata-se de uma operação pecuária de tamanho industrial, onde um grande número de animais (*geralmente vacas, galinhas ou porcos*) é criado em um espaço confinado. Os animais são alimentados com ração em espaços confinados em vez de se alimentarem livremente no pasto. Os sistemas de confinamento são grandes poluidores e emissores: produzem dejetos (esterco), que liberam metano e óxido nitroso, que geralmente não são tratados da forma correta, e poluentes (como substâncias químicas) que são descartados no meio ambiente.



Diferentes espécies animais causam diferentes níveis de emissões de GEE. O gado de corte e de leite são os maiores emissores e são responsáveis por 62% das emissões do setor. Os suínos, aves, bubalinos e outros animais menores, como ovinos, emitem geralmente níveis mais baixos de gases e são responsáveis por aproximadamente 7-11% das emissões.⁹



8 Para mais informações, consulte: <https://www.iatp.org/industrial-livestock>

9 Para mais informações sobre o impacto da pecuária intensiva no meio ambiente, consulte: <http://www.fao.org/gleam/results/en/> and <http://www.fao.org/3/i3437e/i3437e.pdf> e <https://www.iatp.org/documents/livestocks-contribution-15c-pathway-0> e <https://grain.org/en/article/6577-what-does-factory-farming-have-to-do-with-the-climate-crisis-comic-strip-edition>

A. Quais são as principais causas das emissões de gases efeito estufa na pecuária intensiva?

ALIMENTOS: EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA AO LONGO DA CADEIA DE SUPRIMENTO

 Mudança do uso da terra	 Agricultura	 Ração animal	 Processamento	 Transporte	 Varejo	 Embalagem
Mudanças de superfície na biomassa a partir do desflorestamento e mudanças subterrâneas no carbono do solo	Emissões de metano dos bovinos, metano do arroz, emissões de fertilizantes, estrume e equipamentos agrícolas	Emissões da agricultura a partir do cultivo de lavouras e seu processamento em ração animal	Emissões do uso da energia no processo de conversão de produtos da agricultura em alimentos prontos	Emissões do uso da energia para o transporte doméstico e internacional de alimentos	Emissões do uso de energia para a refrigeração e outros processos do varejo	Emissões da produção de material de embalagem, transporte de materiais e descarte final

O GEE mais emitido pelo gado é o **metano**, representando 30% das emissões de metano em todo o mundo, e que é produzido (*emitido pela boca*) durante a digestão dos alimentos.

O gado produz esterco. Durante sua decomposição, o esterco emite altas quantidades de metano e de óxido nitroso. Quando muitos animais são criados em uma área confinada, tais emissões são maiores. Quando o gado é criado em espaços confinados, **é preciso recolher e descartar o esterco**. Os sistemas de manejo líquido de esterco (*utilizando água para o manejo/armazenamento do esterco até ser utilizado como adubo*) são responsáveis por cerca de 9% das emissões totais de GEE provenientes da produção agropecuária mundial.

Por conta do constante crescimento da produção pecuária, **a produção de alimentos para animais** (*como milho ou soja*) contribui com quase metade de todas as emissões provenientes do setor. Isso é resultado do desmatamento e do uso de agroquímicos poluentes (*fertilizantes/pesticidas*) para a produção de alimentos. A pecuária intensiva também consome mais alimentos do que produz. O cultivo de lavouras para a alimentação dos animais para consumo pelos seres humanos é altamente ineficiente do ponto de vista energético.

Quase metade de todas as emissões da agricultura é causada pelo **manejo dos solos** com uso de agroquímicos sintéticos. Isso pode causar emissões de óxido nitroso. Mais de metade de todo o nitrogênio adicionado às lavouras acaba poluindo o solo, as águas de superfície ou o ar e prejudica também a saúde do solo. Combustíveis fósseis também são utilizados para produzir e fabricar agroquímicos, liberando grandes quantidades de dióxido de carbono na atmosfera.

A **cadeia de suprimento da pecuária** também consome uma grande quantidade de energia, utilizada na agricultura, na fabricação, no transporte e na refrigeração de produtos. Os combustíveis fósseis são queimados para produzir energia, emitindo dióxido de carbono (*20% das emissões de GEE da cadeia de suprimento da pecuária*).

O desmatamento para o cultivo de lavouras ou pecuária representa 9% das emissões provenientes do setor. Oitenta por cento das novas terras para lavouras/pastagens são resultado do desflorestamento (*retirada de florestas*). Isso causa a liberação do carbono armazenado nas plantas, contribuindo para as emissões de GEE.

A pecuária intensiva também prejudica o meio ambiente de outras formas:

- O desflorestamento e a degradação do solo contribuem para a perda de habitats dos animais (biodiversidade);
- A agricultura industrial extrativista esgota os nutrientes do solo, que são utilizados de forma mais rápida do que a sua capacidade de regeneração. Isso causa a degradação do solo, tornando-o inadequado para o cultivo de lavouras;
- Agroquímicos contaminam os recursos hídricos;
- A prática generalizada de monocultura (apenas um tipo de lavoura é cultivado por vez para aumentar o rendimento e reduzir os custos) requer o uso amplo de agroquímicos e a exploração de recursos hídricos;
- A irrigação das lavouras e o uso de água para a produção de carne e de laticínios exploram os recursos hídricos;
- As embalagens dos produtos e resíduos de alimentos poluem o meio ambiente;
- O transporte de alimentos exportados para mercados distantes consome grandes quantidades de combustíveis fósseis, liberando dióxido de carbono na atmosfera.¹⁰

B. Por que pecuária intensiva?

Nos últimos anos, **a procura por produtos de origem animal aumentou**.¹¹ Isso é o resultado do crescimento da população (*previsão de crescimento de 2 bilhões até 2050*), do crescimento da classe média e das mudanças de estilos de vida e dietas. Espera-se que a procura continue a aumentar.

Tal tendência tem sido acompanhada pela ascensão da **agenda neoliberal**, pela crescente **globalização das cadeias de suprimento** e pelo aumento do número de **acordos de comércio e de investimento**, que são endossados e promovidos pelos governos nacionais e instituições internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC). Com isso, houve o aumento da procura e do consumo de produtos animais em todo o mundo e a expansão dos mercados de carne e de laticínios, levando a um grande aumento dos métodos de produção intensivos e a um sistema global de produção de alimentos movido a exportações que está destruindo o clima.

O comércio internacional de carne e de laticínios tem como base para a sua produção práticas prejudiciais ao clima e contribui para a emissão de grandes quantidades de GEE. Os acordos de comércio também limitam a capacidade dos governos de introduzir políticas para combater a crise climática.¹² A menos que encontremos fontes alternativas de energia e adotemos práticas agrícolas diferentes, o aumento do comércio global é incompatível com o combate à crise climática.

10 Para mais informações a respeito das causas de emissões na pecuária intensiva, consulte: <https://www.fao.org/3/i3437e/i3437e.pdf>

11 Para mais informações a respeito dos principais fatores no processamento de alimentos, consulte: <https://www.iuf.org/wp-content/uploads/2018-Key-drivers-in-the-food-processing-industry-in-the-next-five-years.pdf>

12 Para mais informações sobre o impacto do comércio e investimentos na crise climática, consulte: <https://www.tjm.org.uk/documents/briefings/Alternative-Trade-for-the-PlanetFINAL.pdf>

Acordos de comércio e de investimento estão prejudicando o planeta

Em 2019, foi assinado um acordo de comércio entre a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) (*Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia*) e o Mercosul (*Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai*). Muitos dos produtos agrícolas promovidos para exportação no acordo estão entre os maiores contribuidores para as emissões de GEE. O objetivo do acordo é estimular as exportações de carne bovina e de aves e ração animal do Mercosul, bem como aumentar as exportações de queijo e de peixe da EFTA, apesar de a EFTA já possuir as suas próprias indústrias de carne e avicultura e o Mercosul possuir suas próprias indústrias de leite e de processamento de peixe. Se o acordo for implementado, é provável que cause um aumento drástico das emissões.¹³

A pressão por lucros e eficiência tem causado a alta **financeirização** do sistema alimentar global, da terra utilizada para a sua produção e os produtos nela cultivados.¹⁴ Anos de fusões e aquisições resultaram no domínio do setor por um pequeno número de empresas transnacionais (ETNs) cujos ativos financeiros permitiram que elas estabelecessem o controle da oferta, do processamento e da transformação e distribuição de carne e laticínios. Tais empresas priorizam os lucros a curto prazo e os rendimentos para os investidores, incluindo a utilização de práticas rígidas de reestruturação às custas do clima e dos direitos e bem-estar da classe trabalhadora. Essas empresas são grandes contribuidoras para as emissões de GEE, e o seu poder econômico permite que pressionem os governos e as instituições internacionais para facilitarem o comércio e investimentos e para influenciarem a política agrícola e de mudanças climáticas.¹⁵

- Os dez maiores frigoríficos mundiais dominam o setor da carne. As vendas de alimentos dos três primeiros são o dobro, ou até o triplo, do quarto colocado.
- Em 2009-2010, a produção de carne somente da empresa brasileira JBS ultrapassou a produção combinada do décimo primeiro ao vigésimo colocado.¹⁶
- As cinco principais empresas de carne e de laticínios combinadas são responsáveis por mais emissões anuais de GEE do que as empresas de combustíveis fósseis Exxon, Shell ou BP.¹⁷
- As 20 maiores empresas de carne e de laticínios emitem mais GEE do que alguns países, como a Alemanha, o Canadá, a Austrália ou o Reino Unido.¹⁸
- Setenta por cento das emissões de GEE são resultado da atividade empresarial.

13 Para mais informações, consult: <https://grain.org/en/article/6662-efta-mercosur-another-low-blow-to-climate-peoples-rights-and-food-sovereignty>

14 Para mais informações a respeito da financeirização, consulte: <http://www.iufdocuments.org/buyoutwatch/Financialization-e.pdf> and <https://www.iuf.org/wp-content/uploads/2020-Financial-short-termism.pdf> and <https://www.iuf.org/wp-content/uploads/2007-A-Workers-Guide-to-Private-Equity-Buyouts.pdf>

15 Para mais informações a respeito do controle corporativo no setor da carne e de laticínios, consulte: <https://www.iatp.org/milking-planet> and <https://www.iatp.org/documents/regulate-global-meat-and-dairy-companies-cut-methane-and-avoid-climate-breakdown>

16 Para mais informações, consult: <https://www.iatp.org/blog/leaders-global-meat-complex>

17 Para mais informações, consult: <https://grain.org/article/entries/5976-emissions-impossible-how-big-meat-and-dairy-are-heating-up-the-planet>

18 Para mais informações, consult: <https://www.iatp.org/supersized-climate-footprint> and <https://grain.org/en/article/5690-the-global-dangers-of-industrial-meat>

As normas comerciais servem apenas para beneficiar ainda mais as empresas do setor do agronegócio. A liberalização das normas comerciais permite, com frequência, que carne e laticínios sejam exportados a preços muito inferiores àqueles do custo de produção (o chamado “**dumping agrícola**”), o que pode ser catastrófico para pequenos agricultores dos países importadores, pois diminui os seus rendimentos e distorce os preços.¹⁹ Os países de baixa renda são os que mais sofrem com tais impactos negativos em benefício das grandes corporações do Norte Global. Por exemplo, países europeus exportam, com frequência, aves para países africanos, expulsando os avicultores dos mercados locais e destruindo a economia da agropecuária rural.²⁰ Isso também incentiva a superprodução, que prejudica os esforços para combater a crise climática. A grilagem de terras também se tornou uma prática rotineira do agronegócio, violando os direitos fundamentais e os meios de subsistência de povos indígenas e pequenos agricultores e agricultoras e destruindo os meios de subsistência rurais.

A concentração no mercado consumidor exerce pressão sobre agricultores e agricultoras para que aceitem preços mais baixos e cumpram as exigências das empresas no que diz respeito à pecuária ou à pressão para mudar para a produção de monoculturas de cereais para a alimentação de animais criados em confinamento.

Tal fato, resultou em um sistema alimentar global profundamente desigual, mantido às custas das pessoas cujo trabalho é explorado em nome do crescimento econômico. Trabalhadores e trabalhadoras da pecuária intensiva enfrentam esforços agressivos para reduzir os custos, resultando na estagnação salarial, ataque aos direitos, degradação das condições de trabalho e trabalho inseguro e perigoso, incluindo o aumento vertiginoso da velocidade das linhas de produção.

Na agricultura, onde grande parte do trabalho é sazonal, a densidade sindical é baixa e o setor é dominado por altas taxas de informalidade, deterioração das condições de trabalho, baixos salários, problemas de saúde e segurança no trabalho (SST) e violência e assédio, especialmente o assédio e violência de gênero. Grupos em situações de vulnerabilidade, incluindo mulheres, jovens e trabalhadores e trabalhadoras informais, são a maioria da mão-de-obra agrícola.

Na indústria de processamento de carne e aves, o trabalho é perigoso e muitas pessoas, especialmente aquelas subcontratadas ou sujeitas a condições precárias de trabalho, não estão organizadas e enfrentam a exploração e pouca proteção no ambiente de trabalho. Embora algumas partes da indústria de processamento de carne estejam bem organizadas, o setor também depende de um grande número de trabalhadores e trabalhadoras migrantes e de grupos em situações de vulnerabilidade, que, com frequência, enfrentam discriminação e barreiras aos seus direitos trabalhistas, não têm força e são considerados descartáveis pelas empresas. Os métodos de preços competitivos adotados pelos grandes varejistas mantêm os preços da carne a níveis artificialmente baixos para o mercado consumidor e cortam os salários de trabalhadores e trabalhadoras.



19 Para mais informações, consulte: https://www.iatp.org/sites/default/files/2017-06/2017_06_26_DumpingPaper.pdf

20 Para mais informações, consulte: https://actalliance.eu/wp-content/uploads/2016/04/071203_chicken_e_final.pdf

O sistema industrial globalizado de alimentos também é uma ameaça à saúde pública mundial.

- A pecuária intensiva oferece grandes quantidades de alimentos baratos e de baixa qualidade, contribuindo muito para a crise sanitária mundial de obesidade.
- A utilização generalizada de agroquímicos e produtos farmacêuticos (antibióticos) na pecuária prejudica a saúde de trabalhadores e trabalhadoras, que correm o risco de contrair doenças e infecções **resistentes aos antimicrobianos**, especialmente nas fazendas e nos abatedouros.²¹
- A atual crise da pandemia da covid-19, provavelmente causada por **uma zoonose** (*doença transmitida de animais para seres humanos*), mostra o potencial do nosso sistema mundial de alimentos para abrir as portas para novas pandemias. Os sistemas de produção intensivos permitem a propagação de doenças entre animais e seres humanos.²² As cadeias de suprimento globalizadas ajudam a propagá-las ainda mais.²³

Durante a pandemia, as cadeias de suprimento globalizadas do sistema alimentar global se mostraram vulneráveis às perturbações devido aos *lockdowns*, quarentenas e fechamento de fábricas e de portos. Isso deixou claro a necessidade de sistemas locais de alimentos mais seguros.²⁴

Quem é o maior emissor de gases de efeito estufa na pecuária?

Os países do Norte Global são responsáveis pela maior parte das emissões de GEE na pecuária. Mas, cada vez mais, as ETNs dos países de alta renda estão explorando países de baixa renda, mais ricos em recursos, para produzir recursos para o setor (*terceirização agrícola*). Isso significa que alguns países de baixa renda parecem grandes emissores, mesmo tendo pouco controle sobre a produção de recursos e/ou não recebendo os benefícios adequados provenientes de tais recursos, já que a produção é controlada por grandes ETNs, e os produtos são exportados.

- Os países latino-americanos são os principais emissores. As emissões são provenientes principalmente da pecuária industrial e do desflorestamento para a produção de soja para ração animal/produção especializada de carne bovina.
- O leste da Ásia, liderado pela China, é o segundo maior emissor por conta da produção de carne bovina e suína.²⁵
- A América do Norte também é uma grande emissora. As emissões são provenientes principalmente da produção de carne bovina e, em menor medida, da produção de frango, carne suína e leite.
- As emissões da Europa Ocidental são provenientes principalmente do rebanho leiteiro, bem como da pecuária bovina de corte.

Muitas vezes, as comunidades no Sul Global sentem os maiores impactos negativos da crise climática, mesmo com sua parcela mínima de contribuição. Isso porque podem ter menos recursos para lidar com os impactos da crise climática e são, muitas vezes, mais dependentes de um clima estável para a sua subsistência.

21 Para mais informações, consulte: <https://www.iuf.org/wp-content/uploads/2020/12/2018-Antimicrobial-resistance-A-workplace-hazard.pdf>

22 Para mais informações, consulte: <https://www.unep.org/resources/report/preventing-future-zoonotic-disease-outbreaks-protecting-environment-animals-and>

23 O mesmo foi visto na gripe aviária, consulte: <https://grain.org/en/article/556-bird-flu-crisis-small-farms-are-the-solution-not-the-problem>

24 Para mais informações, consulte: http://www.ipes-food.org/_img/upload/files/LongFoodMovement_EN.pdf

25 Para mais informações sobre a demanda de carne industrializada na China, consulte: <https://www.iatp.org/documents/need-feed-chinas-demand-industrialized-meat-and-its-impacts> e https://www.iatp.org/sites/default/files/2017-05/2017_05_03_PoultryReport_f_web.pdf

III. POR QUE A CRISE CLIMÁTICA É UMA QUESTÃO SINDICAL?

A pecuária intensiva é uma grande contribuidora para a crise climática que, por outro lado, também está criando desafios para o setor.

A crise climática está destruindo a produção de alimentos e ameaçando a segurança alimentar mundial.²⁶

Segurança alimentar é quando *“as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável.”* (Organização para a Alimentação e Agricultura [FAO], 1996).

As mudanças no padrão das chuvas, enchentes e no aumento das secas e das ondas de calor estão causando a perda da natureza e da biodiversidade (incluindo animais e insetos essenciais para a cadeia alimentar), a perda de terras aráveis para a agricultura, a escassez de água e a redução das safras e da produtividade agrícola.²⁷ Estes são os principais fatores para a migração relacionada ao clima, com pessoas deixando seus lares e países à procura de trabalho, moradia ou alimentos.

A população mundial também está crescendo, o que está causando uma pressão ainda maior na segurança alimentar e afetando, de forma negativa, o direito à alimentação, que já atinge de forma mais grave as pessoas em situação de vulnerabilidade. Dos 690 milhões de pessoas que atualmente enfrentam a insegurança alimentar, 60% são mulheres e meninas.²⁸ Milhões das pessoas afetadas pela insegurança alimentar são pessoas cujo trabalho é explorado para a produção de alimentos, situação que é ainda mais grave para aquelas que trabalham nos setores mais perigosos da indústria de alimentos e muitas não recebem um salário-mínimo adequado.

Mas a escassez de alimentos não é a causa da insegurança alimentar. Globalmente, produzimos alimentos suficientes para toda a população mundial. O sistema alimentar global não consegue garantir a segurança alimentar porque é vítima da desigualdade de acesso e do desperdício de alimentos.

O DIREITO À ALIMENTAÇÃO NA LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

Nos termos da legislação internacional dos direitos humanos, todos têm o direito à uma alimentação adequada e segura a preços acessíveis.

- Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (1948), Artigo 25;
- Pacto Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Artigo 11;
- Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Comentário Geral nº 12;
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979);
- Convenção sobre os Direitos da Criança (1989);
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006)

26 Para mais informações, consulte: <https://www.ipcc.ch/srccl/chapter/chapter-5/>

27 Para mais informações sobre como a crise climática está afetando a segurança alimentar, consulte: <http://www.fao.org/climate-change/en/>

28 Para mais informações, consulte: <https://www.wfpusa.org/drivers-of-hunger/gender-inequality/>

A crise climática é uma questão de saúde e segurança no trabalho (SST).

Os sindicatos sempre se organizaram em prol de um local de trabalho saudável e seguro. A crise climática não é diferente. O aquecimento do planeta decorrente da crise climática é uma problema importante de SST para a classe trabalhadora mundial. O trabalho está se tornando cada vez mais perigoso para aquelas pessoas que exercem suas funções expostas às intempéries ou em ambientes sem ventilação adequada ou ar-condicionado. Trabalhadores e trabalhadoras sofrem com queimaduras de sol, câncer de pele, exaustão pelo calor, desmaios, desidratação e insolação, que podem causar a morte.²⁹

Pessoas expostas ao trabalho precário, informal e de baixo rendimento, muitas das quais trabalhando no sistema alimentar global, têm, frequentemente, pouco controle sobre as temperaturas do seu ambiente de trabalho. Um estudo recente da OIT concluiu que o “estresse térmico” coloca o trabalho e a vida em risco. Estima-se que 2,2% do total de horas de trabalho em todo o mundo desaparecerá até 2030 por causa das altas temperaturas.³⁰ Para a classe trabalhadora, isso significa perda de renda e situações de trabalho mais instáveis e precárias. As mulheres trabalham em algumas das situações mais precárias e perigosas e estão expostas aos perigos do estresse térmico que são específicos para o seu gênero. Isto aumenta ainda mais a desigualdade.

A crise climática afeta toda a população. Mas determinados grupos sofrem os impactos de forma desproporcional.

Os impactos da crise climática já estão destruindo os meios de subsistência de trabalhadores e trabalhadoras, tornando o trabalho mais perigoso e precário, aumentando a pobreza e a desigualdade. Pessoas cujo sustento depende dos recursos naturais e do clima, como aquelas trabalhando na agricultura e produção de alimentos, enfrentam impactos particularmente negativos. Os sistemas alimentares são essenciais para combater a crise climática. Mas milhões de pessoas trabalhando na cadeia de suprimento de alimentos enfrentam desigualdades no ambiente trabalho e dependem de práticas insustentáveis para a sua subsistência. A ação para combater a crise climática também significa uma mudança nos empregos, que pode ter consequências devastadoras para o sustento das pessoas, e é por isso que esta é uma questão de importância para trabalhadores, trabalhadoras e sindicatos.



Grupos em situações de vulnerabilidade (incluindo mulheres, migrantes, jovens, pessoas sujeitas ao trabalho precário e informal) - que constituem uma grande proporção de pessoas trabalhando na pecuária - enfrentarão os maiores impactos da crise climática. Estas são pessoas que já enfrentam a insegurança no trabalho, têm poucos direitos e representação sindical insuficiente e são muitas vezes invisíveis ou criminalizadas e carecem de proteção social.

A crise climática é uma questão de justiça social e de igualdade. Os sindicatos são fundamentais para a organização contra a desigualdade e a injustiça.³¹

29 Para mais informações sobre os impactos do calor no ambiente de trabalho, consulte: <https://www.theatlantic.com/health/archive/2020/10/heat-human-rights-issue-21st-century/616693/>

30 Para informações da OIT sobre o impactos do estresse térmico no trabalho, consulte: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--dgreports/--dcomm/--publ/documents/publication/wcms_711919.pdf

31 Para mais informações sobre por que a crise climática é uma questão sindical, consulte: <https://www.youtube.com/watch?v=8gnYJKQDLSU>

B AÇÃO



Esta seção apresenta uma visão geral sobre o que os sindicatos podem fazer para combater a crise climática. Ela apresenta os princípios que podem ser exigidos pelos sindicatos para garantir sua participação na transformação do sistema alimentar. Esta seção também apresenta algumas alternativas à pecuária intensiva e enquadra as ações sindicais em um contexto político mais amplo: a necessidade de transformação socioeconômica do sistema alimentar global. Isso pode ajudar os sindicatos a moldarem suas ações em nível local.

IV. TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA ALIMENTAR

O atual sistema de pecuária intensiva é insustentável e está contribuindo para a crise climática. Ele ameaça também a segurança alimentar mundial. Uma transformação radical do sistema alimentar é urgente para enfrentar a crise climática e reduzir a desigualdade. Isto significa deixar de lado as práticas industrializadas e intensivas que destroem o meio ambiente e exploram a classe trabalhadora e a adoção de práticas mais sustentáveis para as pessoas, a natureza e um clima estável, fortalecendo a segurança alimentar e garantindo os direitos básicos de trabalhadores e trabalhadoras.

Mas as mudanças nos métodos de produção trarão desafios para os meios de subsistência das pessoas. A crise climática também foi, em última análise, causada pelo fracasso do sistema capitalista – com o seu foco no lucro e no crescimento – em proporcionar igualdade, respeito pelos direitos humanos fundamentais e sustentabilidade. Portanto, a luta pela transformação também significa a necessidade de fortalecer as pessoas para enfrentarem o poder do capital global. Os sindicatos devem moldar suas ações nesta luta pela transformação e pela igualdade.

Lembre-se de que o artigo 2.5 dos estatutos da UITA estabelece:

Em colaboração com outras organizações que atuam de acordo com os mesmos princípios, a UITA se oporá, com todo o seu poder e com todos os meios dos quais dispuser, a toda e qualquer forma de exploração e de opressão. Ela envidará todos os esforços para aumentar o controle da classe trabalhadora sobre todos os aspectos da vida econômica, social e política e para ampliar as liberdades fundamentais de associação, manifestação e greves.

É necessária uma ação progressiva e radical, moldada por trabalhadores e trabalhadoras, para colocar um fim à destruição de clima. Os sindicatos devem exigir uma **transição justa**, liderada por trabalhadores e trabalhadoras, para um sistema alimentar mais sustentável e que proteja os meios de subsistência da população, crie empregos verdes e dignos e que permita que a classe trabalhadora lidere e molde a mudança.

A. O que é uma “transição justa”?

O termo **transição justa** vem do movimento sindical norte-americano na década de 1980. Os sindicatos criaram o termo quando fábricas de substâncias químicas foram fechadas por causa de programas ambientais. O sindicato argumentou que trabalhadores e trabalhadoras deveriam ser ouvidos e não deveriam ser ignorados durante a transição.

O termo é agora amplamente utilizado no movimento sindical global como um quadro para exigir que os empregos, os meios de subsistência e as oportunidades para trabalhadores e trabalhadoras e as necessidades das comunidades afetadas pela transição para uma economia mais sustentável sejam devidamente considerados. Ele é agora utilizado a nível global por organizações internacionais, governos, empresas e grupos ambientais. Uma década de pressões do movimento sindical resultou na inclusão do termo “transição justa” no Acordo de Paris em 2015.³²

A **Transição Justa** é uma estratégia para proteger os meios de subsistência ameaçados pelas políticas climáticas. Ela preconiza que trabalhadores, trabalhadoras e sindicatos sejam ouvidos durante o processo de planejamento da transição para garantir que ninguém seja deixado para trás. Da mesma forma, ela faz um apelo para a criação de empregos “verdes” de boa qualidade, dignos, seguros e com representação sindical.³³

Em termos mais gerais, a **transição justa** é também uma oportunidade para abordar as principais causas da crise climática. Ela exige uma profunda transformação socioeconômica da economia global para um mundo com baixas emissões de carbono,³⁴ que significa uma mudança radical do atual sistema desigual e baseado em lucros de produção e consumo intermináveis para um mundo mais sustentável, com foco nas preocupações e na voz da classe trabalhadora. Significa também a luta por uma transformação das relações de poder na sociedade, de modo a construir uma sociedade mais justa e igualitária, especialmente para grupos em situações de vulnerabilidade. A classe trabalhadora, representada pelos sindicatos, deve estar no centro das soluções, caso contrário será simplesmente deixada de lado.

Lembre-se: os principais responsáveis pela transformação do nosso sistema alimentar global são aquelas pessoas que têm mais poder sobre ele, ou seja, governos e empresas, mas os sindicatos podem apoiar a transformação, fazendo reivindicações e agindo a nível local.

>>> **Consulte a Seção B V para as ações práticas/reivindicações fundamentais que podem ser feitas pelos sindicatos**

A experiência mostra que os governos nacionais não têm um bom histórico ao gerenciar transições de empregos.

- na década de 80, o Reino Unido fechou as minas de carvão sem oferecer um plano de transição adequado para trabalhadores e trabalhadoras;
- nos Estados Unidos (EUA), o declínio da indústria do carvão e do aço no Cinturão da Ferrugem também não contou com um plano de transição.

Isso levou a um alto nível de desemprego e à completa falência das comunidades locais dependentes dessas indústrias.

Há alguns poucos casos (Alemanha, Espanha, Noruega e Suécia) em que as “transições justas” parecem estar acontecendo para trabalhadores, trabalhadoras e comunidades afetadas pelos esforços de descarbonização no setor da energia, com uma abordagem proativa dos governos. Tais exemplos podem ser uma fonte de inspiração para os sindicatos representando trabalhadores e trabalhadoras da pecuária.³⁵

32 Para mais informações, consulte: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>

33 Para mais informações, consulte: https://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/frontlines_briefing_climate_cop24_en.pdf

34 Para entender melhor a transição justa, consulte: <http://unionsforenergydemocracy.org/wp-content/uploads/2018/04/TUED-Working-Paper-11.pdf>

35 Para mais informações, consulte: https://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/191120_-_just_transition_case_studies.pdf

B. Princípios para uma transição justa na pecuária

Até agora, a “transição justa” tem sido utilizada principalmente para apoiar o setor da energia, mas os princípios para uma transição justa no setor da energia podem ajudar os sindicatos que representam pessoas trabalhando na pecuária a moldar as reivindicações para lutar por sistemas alimentares mais sustentáveis.

A Transição como transformação

É possível fazer uma transição do sistema alimentar, mas ela não pode acontecer sem uma profunda reestruturação da economia global. Isso significa que os sindicatos devem:

- questionar as relações de poder e propriedade desiguais existentes – sejam elas baseadas na classe, na raça ou no gênero – para lutar por sistemas alimentares mais democráticos e igualitários, baseados nos direitos humanos, dando prioridade às pessoas em vez dos lucros;
- construir o poder social para redistribuir recursos para dar às pessoas a autonomia em relação a seus meios de subsistência e para que sejam ouvidas durante a transição;
- lutar por uma mudança radical das abordagens capitalistas falidas focadas no mercado e no crescimento.

É claro que, para alcançar tais objetivos, especialmente a curto prazo, a luta será árdua. Assim, os sindicatos devem tomar medidas concretas a nível local para garantir que os princípios da igualdade, do respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos sindicais, e para pôr as pessoas à frente dos lucros sejam integrados em qualquer ação sindical.

Representação

Pessoas trabalhando na agricultura, agricultores e agricultoras rurais, trabalhadores e trabalhadoras da indústria de processamento de alimentos e da hotelaria devem participar da transformação e reformulação do sistema alimentar. O planejamento e a implementação da transformação devem envolver a negociação entre as pessoas mais afetadas: por meio de negociações tripartites (*governos, empregadores e sindicatos*) e de acordos coletivos de trabalho.

- A classe trabalhadora afetada, representada por sindicatos e grupos em situações de vulnerabilidade, como as mulheres, deve exigir uma representação e inclusão adequadas em todas as negociações e discussões.
- As comunidades locais dependentes do sistema alimentar também devem ser incluídas nas discussões.

Garantia de emprego

A transformação do sistema alimentar terá um impacto no emprego. As mudanças na produção pecuária intensiva afetarão os meios de subsistência e causarão a perda de postos de trabalho em alguns setores, mas trabalhadores e trabalhadoras não devem ter que pagar pela crise climática. Os sindicatos devem fazer reivindicações para garantir que quaisquer mudanças não prejudiquem a classe trabalhadora.

- os sindicatos devem exigir garantias de que a transição levará à criação de novos empregos “verdes” em setores ou profissões favoráveis ao clima, caracterizados por um trabalho seguro, digno e bem remunerado, proteção social e respeito pelos direitos sindicais;
- os sindicatos devem exigir proteção social, políticas ativas de emprego e investimentos para facilitar a criação de postos de trabalho ou o ajuste do trabalho às políticas ambientais, incluindo a formação e a qualificação para reforçar as competências ambientais e climáticas;

- os sindicatos e as comunidades locais devem trabalhar em conjunto para exigir investimentos nas comunidades afetadas pelos fechamentos de postos de trabalho;
- grupos em situações de vulnerabilidade, especialmente as mulheres, enfrentam insegurança no trabalho. Por conta da situação de precariedade de seus postos de trabalho, esses grupos são os primeiros a sofrer os impactos do desemprego em tempos de transição. Os sindicatos devem exigir a implementação de políticas de empregos verdes e sensíveis às questões de gênero.

Capacitação

Os sindicatos devem exigir que sejam feitos investimentos adequados nos novos métodos de agricultura e de produção para garantir que as pessoas trabalhando na área tenham as competências necessárias para os novos trabalhos e empregos “verdes”. Isso inclui:

- oportunidades de formação, treinamento e requalificação em práticas sustentáveis na pecuária e que sejam relevantes em nível local;
- formação a respeito da crise climática e os benefícios da transição para práticas mais sustentáveis;
- com o fechamento de fábricas ou indústrias, trabalhadores e trabalhadoras precisarão mudar para outros empregos fora da produção pecuária. Essas pessoas precisam receber treinamento e formação para estarem preparadas para os empregos verdes alternativos criados, por exemplo, na área de restauração ambiental ou na assistência comunitária/social.

Proteção social e remuneração

O ônus dessa transição não deve cair sobre a classe trabalhadora. Dessa forma, os sindicatos devem exigir que governos ofereçam medidas de apoio e redes de proteção para garantir a salvaguarda dos meios de subsistência durante a transição. Isso pode incluir:

- medidas de proteção social, tais como seguro-desemprego e medidas de apoio e manutenção da renda. Tais medidas devem ser superiores aos benefícios padrão;
- indenizações para enfrentar os impactos negativos da transição na renda, como, por exemplo, para financiar a aposentadoria precoce onde a transição para práticas sustentáveis resulte em perdas de postos de trabalho e onde a transição para novos empregos verdes for difícil;
- em geral, mulheres têm salários inferiores aos dos homens e, com frequência, seus regimes de proteção social são também inferiores. Isso significa que os sindicatos devem exigir que os esquemas de proteção social e de renda sejam sensíveis ao gênero.

Como consequência dos anos de endividamento e dos impactos dos programas de ajuste estrutural, alguns países de baixa renda não têm infraestrutura, segurança social ou sistemas de assistência social adequados para dar apoio à transição. Em muitos países do Sul Global, até 80% das pessoas trabalham na economia informal e, portanto, não têm acesso à proteção social. Mas a proteção social é um direito humano e deve ser a base para todas as reivindicações sindicais.

Como consequência da histórica exploração de recursos e do dumping agrícola praticado por países do Norte Global, os países mais ricos deveriam ajudar a financiar programas de proteção social para países de baixa renda na forma de um fundo mundial de proteção social para beneficiar os mais pobres.

Apesar de terem uma parcela de contribuição mínima para a crise climática, com frequência, os países do Sul Global são os que sentem os piores impactos da crise. O Norte Global tem uma imensa dívida climática para com o Sul Global por conta da exorbitante quantidade de emissões de GEE.

Por conta da crise climática, os países do Sul Global enfrentam um ônus financeiro advindo da dívida contraída por meio de empréstimos para solucionar suas vulnerabilidades climáticas. Mas o uso histórico da dívida ilegítima pelo Norte Global teve impactos graves para os países do Sul Global. Os sindicatos devem lutar pelo perdão das dívidas e por um financiamento climático sustentável e equitativo para os países do Sul Global que não agrave o ônus das dívidas.³⁶

Investimentos & políticas públicas

É impossível fazer a transformação do sistema alimentar global sem investimentos adequados e o apoio político dos governos. Os sindicatos devem exigir que os governos forneçam recursos e políticas públicas para gerenciar e facilitar a transição.

>>> Para as principais reivindicações, consulte a Seção **B V**

Os sindicatos devem exigir que quaisquer medidas introduzidas tenham como base uma avaliação adequada de impactos, que leve em consideração as consequências para a classe trabalhadora e os grupos em situações de vulnerabilidade.

Em alguns países de baixa renda, a falta de serviços/infraestrutura públicos eficazes impedem o investimento público. Neste caso, os sindicatos devem exigir que os países de alta renda ofereçam apoio à transição.

Já foram desenvolvidas estratégias de transformação utilizando o investimento e políticas públicas em algumas partes do mundo. Na América do Norte e na Europa, jovens ativistas apresentaram propostas para um “Green New Deal” (novo acordo verde, em português). Tais propostas fazem um apelo para que as políticas públicas enfrentem a crise climática através da descarbonização da economia, criando, ao mesmo tempo, empregos seguros, transformando a economia, protegendo e restaurando o ambiente e promovendo a justiça global. Essa estrutura estabelecida é útil para reunir as reivindicações de justiça social com um mundo ambientalmente sustentável.

<https://www.greennewdealuk.org>

No entanto, não haverá uma solução de “tamanho único”.

- Os sindicatos devem se certificar de que as medidas e as políticas sejam adequadas ao contexto local e às características e necessidades específicas do setor;
- Os sindicatos também devem exigir que os interesses e os meios de subsistência em jogo sejam considerados, incluindo trabalhadores e trabalhadoras, comunidades locais e agricultores e agricultoras rurais;
- Também é preciso considerar os impactos que as práticas e as abordagens alternativas terão no clima quando comparados às práticas e às abordagens anteriores.

³⁶ Para mais informações sobre a justiça da dívida, consulte: https://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/eurodad/pages/2516/attachments/original/1632470389/Climate_Debt_Statement.pdf?1632470389

C. Quais são as alternativas?

1. AGROECOLOGIA

A UITA promove a agroecologia como uma prática alternativa sustentável capaz de combater a crise climática, reduzir as emissões de GEE e garantir o direito à alimentação para todas as pessoas e comunidades.

A agroecologia considera que a saúde do planeta e a luta pela igualdade estão conectadas. Em vez de usar métodos que perturbem ou prejudiquem o meio ambiente, a agroecologia incentiva a produção de alimentos em harmonia com o clima e com as pessoas. Isso significa a substituição do uso de altas quantidades de fertilizantes e pesticidas artificiais por formas orgânicas de produção de alimentos. Significa também a reivindicação por uma maior igualdade e respeito pelos direitos humanos no sistema alimentar global. Assim, a agroecologia defende também uma abordagem baseada em direitos e ascendente para a transformação do sistema alimentar global para combater a insegurança alimentar e garantir meios de subsistência.³⁷

A agroecologia está também profundamente conectada ao conceito de “soberania alimentar.” A **soberania alimentar** é “o direito de todos os povos, comunidades e países para definirem suas próprias políticas agrícolas, pastorais, laborais, piscatórias, alimentares e fundiárias que sejam adequadas do ponto de vista ecológico, social, econômico e cultural para suas circunstâncias específicas. Ela inclui o verdadeiro direito à alimentação e à produção de alimentos, o que significa que todas as pessoas têm o direito a alimentos seguros, nutritivos e adequados do ponto de vista cultural, bem como a recursos destinados à produção de alimentos e à capacidade de se sustentarem a si mesmas e às suas sociedades.”³⁸

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses, das Camponesas e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (2018) é um instrumento importante para camponeses, camponesas, trabalhadores e trabalhadoras rurais. Liderada pela La Via Campesina, com o apoio da UITA, ela é o resultado de anos de lutas e alianças entre sindicatos e ONGs. A Declaração estabelece um quadro para a proteção dos direitos de camponeses, camponesas, trabalhadores e trabalhadoras rurais que estão lutando para defender os seus meios de subsistência. Ela inclui o direito a uma renda digna, segurança social, o direito de camponeses e camponesas de manter o controle de suas terras e a sua plena participação nas políticas governamentais que afetam a produção e a distribuição de alimentos. Ela chama a atenção para a obrigação dos estados de combater as mudanças climáticas e os direitos de camponeses e camponesas de contribuir para medidas de adaptação e mitigação do clima. Como resultado da participação e campanha da UITA, trabalhadores e trabalhadoras da agricultura são explicitamente mencionados na declaração.

Na África Ocidental, horticultores e horticultoras são os principais responsáveis por garantir a segurança alimentar. Mas muitas dessas pessoas trabalham em condições precárias e não têm uma educação formal. Diversos escândalos relacionados à saúde, incluindo intoxicações na região, têm chamado a atenção para o perigo do uso de pesticidas para aquelas pessoas trabalhando na horticultura, aquelas que consomem esses produtos, bem como para o meio ambiente.

³⁷ For more information about agroecology see: <https://www.iatp.org/blog/201907/agroecology-innovation> and http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE_S_and_R/HLPE_2019_Agroecological-and-Other-Innovative-Approaches_S-R_EN.pdf

³⁸ For more information about food sovereignty see: <https://grain.org/article/entries/491-food-sovereignty-turning-the-global-food-system-upside-down>

Entre 2010 e 2019, o programa Ecosanté da UITA incentivou 3.917 horticultores, incluindo 1.384 mulheres, de sete países da África Ocidental a abandonarem os métodos de agricultura convencional, incluindo a utilização de agroquímicos, e a adotarem métodos de agricultura sustentáveis e orgânicos. O programa também forneceu treinamento para ajudar na transição para a agricultura orgânica e a agroecologia.

"Este programa é fundamental porque nos permite tomar medidas concretas para melhorar as condições de trabalho e de saúde de nossos membros, bem como para promover os objetivos de alcançar a segurança alimentar e melhorar a saúde das comunidades, juntamente com a preservação do meio ambiente. Esse é um grande desafio para o desenvolvimento sustentável. Há mais de 10 anos, a UITA tem sido pioneira nesta área."

Guillaume Tossa, Presidente do programa Ecosanté da UITA

Para mais informações, consulte:

<https://www.iuf.org/news/ecosante-protecting-growers-and-the-environment-in-west-africa/>

Muitas das ETNs no setor da agricultura defendem o uso da "agricultura intensiva sustentável" para mitigar as emissões de GEE. Trata-se do uso de novas tecnologias e métodos para dar continuidade à produção em massa de alimentos de forma "sustentável". Com frequência, as empresas propõem tais técnicas para evitar ter que abandonar a produção intensiva e em massa de produtos derivados da pecuária. Os métodos na produção pecuária podem incluir:

- equipamentos para novas formas de manejo do estrume para reduzir emissões;
- tecnologias (os chamados "inibidores de nitrificação") que impedem a formação de nitrato no solo;
- uso mais eficaz de fertilizantes para reduzir a emissão de poluentes na atmosfera;
- cultivo de grãos para reduzir as emissões de nitrogênio;
- diferentes tipos de ração para reduzir o teor de metano emitido pelos bovinos.

Mas tal abordagem é, no melhor dos casos, uma mitigação temporária e, no pior dos casos, um pouco mais do que "greenwashing". Ela se vangloria da redução de emissões, mas não oferece uma solução para os problemas de base de um sistema desigual e insustentável ancorado na produção intensiva em massa e no aumento do consumo de carne e de laticínios. Ela não promove a transformação radical da produção de alimentos, tão urgentemente necessária para prevenir o aumento das temperaturas e para garantir o sustento das pessoas. Além disso, ela concentra ainda mais o controle das ETNs sobre o sistema alimentar, aumentando a desigualdade e destruindo a soberania alimentar. Os sindicatos devem questionar tais propostas e lutar para recuperar a propriedade do sistema.³⁹

³⁹ For more information about greenwashing see: <https://www.iatp.org/net-zero-greenwash-global-meat-and-dairy-companies> and <https://grain.org/en/article/6634-corporate-greenwashing-net-zero-and-nature-based-solutions-are-a-deadly-fraud>

Quais são algumas das práticas agroecológicas na pecuária?⁴⁰

Dependendo do lugar, as técnicas específicas serão diferentes, embora o pilar fundamental da agroecologia seja a produção pecuária em harmonia com os ecossistemas locais. Mas há algumas práticas comuns que podem ser seguidas e os sindicatos podem exigir que tais práticas sejam introduzidas ao longo da cadeia de suprimento da pecuária em seus locais de trabalho e empresas.⁴¹

>>> Para mais informações sobre ações nos locais de trabalho, consulte a **Seção B V**

COMO MELHORAR O MANEJO ANIMAL

A pecuária intensiva faz uso de substâncias químicas e medicamentos (*como antibióticos e esteroides*) para tratar e reduzir o aparecimento de doenças causadas por condições de confinamento. Por outro lado, a produção e o uso desses medicamentos é prejudicial ao meio ambiente, às pessoas e aos animais.

A agroecologia defende a manutenção da boa saúde do gado sem o uso de substâncias químicas. Os sindicatos devem exigir o fim do uso em massa de antibióticos preventivos a não ser que haja a necessidade explícita de tratar os animais para alguma doença. As práticas podem incluir:

- a criação de espécies **naturalmente adaptadas ao ambiente/ecossistema local**, como animais adaptados a ambientes quentes ou com uma resistência natural às doenças/infecções locais;
- a escolha cuidadosa da **frequência e sazonalidade da reprodução**;
- a introdução de práticas de **detecção precoce de doenças** para impedir a sua disseminação;
- o melhor manejo de grupos animais e **adaptação das condições de alojamento dos animais**. Isso pode incluir isolar animais doentes do restante do rebanho;
- a adoção de **sistemas de pastejo rotacionado** para que os animais tenham acesso ao pasto ou áreas de pastagem. Isso significa mover o gado para diferentes partes (*frescas*) de pasto/pastagem para permitir o descanso, rebrote e reestabelecimento das áreas utilizadas;
- a adoção de **sistemas de integração lavoura-pecuária**, que são sistemas de produção que permitem que diferentes espécies de pecuária sejam criadas a pasto na mesma fazenda que produz lavouras. Existe uma rotação entre os animais e as lavouras, permitindo a regeneração do solo, limitando o contato de cada espécie com tipos específicos de vírus;
- o uso de **sistemas de alimentação balanceada**, onde os animais recebem as quantidades adequadas de proteínas, minerais e vitaminas para que sejam saudáveis e produtivos, garantindo, ao mesmo tempo, que a ração não seja um problema do ponto de vista das emissões (*como a soja, óleo de palma*).

REDUÇÃO DAS EMISSÕES

Grandes quantidades de GEE são emitidas durante a produção de ração por conta do desmatamento, do desflorestamento e do uso de agroquímicos nas lavouras. A produção de ração também é responsável pela degradação ambiental por causa da exploração dos recursos hídricos para a irrigação das lavouras. O cultivo de lavouras para a produção de alimentos para a pecuária não é uma prática sustentável nem eficaz.

40 Para mais informações, consulte: <http://www.fao.org/3/i4729e/i4729e.pdf> and <https://grain.org/e/5639>

41 Para mais informações sobre as práticas agroecológicas, consulte: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01000394/document> and <https://www.etcgroup.org/content/lab-grown-meat-and-other-petri-protein-industries>

Na agroecologia, é preciso reduzir o uso de recursos necessários para a produção pecuária. As práticas podem incluir:

- a adoção de **práticas de alimentação** que sejam relevantes para cada espécie animal criada, de modo a garantir que os animais convertam, de forma eficiente, a ração em energia. Isso pode reduzir a quantidade de ração e/ou nutrientes importados pela fazenda;
- a adoção de **sistemas de pecuária extensiva** (*os animais são alimentados com o ecossistema natural/recursos naturais, como pastagem*). Isso significa a extinção dos sistemas de confinamento. A pecuária extensiva produz alimentos mais saudáveis e não exige o uso de agroquímicos para a produção de ração e a conversão de plantas não comestíveis em carne, tornando-a um sistema de alimentação animal mais eficiente. A agroecologia envolve também a limitação, e posteriormente a eliminação, do uso de fertilizantes artificiais para o cultivo de forragem. Animais criados a pasto também ajudam a regular os ecossistemas locais, regenerando o solo, melhorando sua fertilidade e estimulando o crescimento da forragem, além de melhorar a capacidade do solo de armazenar dióxido de carbono.
- o uso da **biomassa como uma fonte de alimentação local**. Como alternativa para a produção de ração para a pecuária, subprodutos da agricultura (como resíduos das lavouras e casca de soja) e subprodutos das lavouras e do processamento de alimentos (como restos de legumes e resíduos de frutas) são usados como suplemento para os animais criados a pasto. Tais produtos são baratos, menos prejudiciais ao meio ambiente e ricos em nutrientes. Quando não são utilizados, são incinerados, contribuindo para as emissões;
- outra alternativa para as rações à base de grãos e que podem reduzir as emissões de metano é o uso de uma espécie de **alga marinha**;
- o **bom manejo** ajuda o solo a absorver CO₂, sendo uma prática renovável.

REDUÇÃO DA POLUIÇÃO

A pecuária intensiva produz grandes quantidades de estrume e emissões de poluentes, inclusive provenientes do uso de agroquímicos. A agroecologia promove o aprimoramento dos sistemas de produção para reduzir a poluição causada pela pecuária. Os sistemas de agropecuária devem abandonar o uso de substâncias agroquímicas que causam o envenenamento do meio ambiente e dos seres humanos. Isso inclui:

- a adoção de sistemas integrados de pecuária. É aqui que a pecuária é incorporada em operações agrícolas mais amplas. Isso permite sistemas mais eficientes e sustentáveis, pois o gado pode ser alimentado com culturas ou forragens produzidas na fazenda;
- a adoção de sistemas de integração lavoura-pecuária. É um sistema mais eficiente e sustentável em termos de recursos. Aqui, o estrume dos animais pode ser utilizado como um fertilizante orgânico para as lavouras, pois é rico em nutrientes e melhora a fertilidade do solo;
- uma mudança na direção da produção orgânica. Isso significa uma redução do uso de substâncias agroquímicas sintéticas. Neste caso, o estrume produzido pelos animais pode ser utilizado como um fertilizante natural;
- a adoção de sistemas agroflorestais. Aqui, árvores e arbustos são cultivados junto com as lavouras ou pastos para melhorar a nutrição animal. O sistema silvipastoril é uma forma de agrofloresta que pode ser usado em países com climas muito quentes ou secos. Trata-se da integração de árvores e plantas forrageiras aos sistemas de pastoreio para a formação de camadas de vegetação no pasto.⁴²

42 Para mais informações sobre os sistemas silvipastoris, consulte: https://www.ciwf.org.uk/media/7430275/case-study-6-silvopastoral-systemspdf_87238.pdf

MELHORA E PRESERVAÇÃO DA DIVERSIDADE

A intensificação da agricultura causou a redução da diversidade de espécies animais e vegetais, já que as espécies nativas de gado foram substituídas por espécies comerciais mais produtivas, o que pode causar a perda da diversidade genética. A agroecologia promove o aumento da diversidade – tanto em termos de espécies como de práticas de manejo – para aumentar a resiliência da produção pecuária. As práticas podem incluir:

- **criação de várias espécies animais.** Aqui, o risco proveniente das secas, surtos de doenças ou variações do preço de mercado é distribuído entre diversas espécies, ficando menor;
- ter **diversos recursos disponíveis para a alimentação dos animais.** Assim, é possível proteger os sistemas de alimentação para garantir que o gado continue a se alimentar mesmo que esteja sofrendo os impactos das mudanças climáticas sazonais/de longo prazo;
- adaptação de **práticas de manejo** às necessidades de cada espécie para garantir a resiliência;
- uso de **raças adaptadas às condições locais** para maximizar o uso dos recursos locais para a alimentação. Com frequência, as raças nativas têm uma maior capacidade de sobrevivência, de produção e de manutenção dos níveis de produção em ambientes extremos;
- a adoção de **sistemas eficientes de alimentação** para enfrentar as prioridades sazonais entre os animais para quando a disponibilidade de alimentos for limitada;
- **manutenção da diversidade das espécies vegetais locais.** Com isso, é possível aumentar a produtividade da pastagem, essencial para os sistemas de pastoreio.

Existem alguns exemplos de práticas agroecológicas que são capazes de combater a crise climática. Dependendo do seu contexto local, algumas práticas podem ser mais relevantes do que outras. Os sindicatos podem exigir o auxílio das empresas para a mudança das práticas agropecuárias para esses métodos de produção agroecológicos.

ENERGIAS RENOVÁVEIS

A cadeia de suprimento da pecuária consome grandes quantidades combustíveis fósseis para produzir, processar e transportar a carne e laticínios, sendo, assim, uma grande emissora. Portanto, é importante que os sindicatos exijam a transição para práticas mais sustentáveis de uso de energia ao longo da cadeia de suprimentos. A energia utilizada na cadeia de suprimentos da pecuária precisa ser “descarbonizada” (reduzir as emissões de carbono) por meio da substituição de combustíveis fósseis por energias renováveis. Energia renovável é aquela que vem de fontes naturais renováveis. São energias renováveis a energia eólica, hídrica ou solar. Em alguns casos, elas podem também incluir agrocombustíveis (combustíveis da queima de vegetais), o que pode ser um problema quando as lavouras forem cultivadas apenas para a produção de combustíveis.

Os sindicatos devem pressionar frigoríficos/fábricas de processamento de carne e laticínios a abandonarem o uso de combustíveis fósseis e começarem a usar energias renováveis. Uma mudança para energias renováveis também pode criar novos postos de trabalho no setor.

Desde 2000 no Brasil, mais de 30 movimentos de trabalhadoras e feministas, centrais sindicais e organismos internacionais estão se organizando contra a exploração e a desigualdade. Juntas, essas organizações criaram a Marcha das Margaridas. A cada quatro anos, centenas de milhares de mulheres vão às ruas na capital do Brasil numa manifestação em prol da justiça e da igualdade, assim como por um modelo alternativo de desenvolvimento rural com base na justiça social e ambiental.

Coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 27 federações e mais de 4 mil sindicatos afiliados, representando trabalhadoras rurais, urbanas, agricultores e agricultoras familiares, camponeses e camponesas e mulheres indígenas, vão às ruas.

"No Brasil... temos práticas ecológicas para a produção de sementes, ecoturismo e para plantar árvores. Tudo isso faz parte da pauta da Marcha das Margaridas. Algumas dessas políticas incluem a pressão pela criação de uma legislação específica para nós. Com essas marchas, os sindicatos não criam apenas ideias, mas exigem também políticas públicas que as tornem exequíveis. Foi durante a nossa quarta marcha, em 2011, que o governo brasileiro aprovou o que veio a se tornar a política pública para a agricultura familiar e a agricultura ecológica... Em nossa plataforma política, exigimos a retomada da produção agroecológica e procuramos promover políticas públicas que incentivem a produção de alimentos saudáveis com base em meios de sistema de produção agrícola de base ecológica... Nós temos um projeto ... relacionado ao desenvolvimento da solidariedade do território de lavouras e terra e que procura valorizar a plantação de hortas por mulheres como um espaço de promoção da saúde, cooperativas, colaboração... tudo liderado pelas mulheres trabalhadoras do nosso sindicato..."

María José Moraes Costa, Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, CONTAG, Brazil

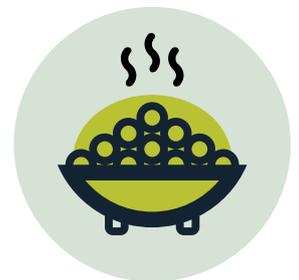
A mudança para o mundo "sem carne"?

Em todo o mundo, existe um movimento para a redução individual do consumo de carne e de laticínios com o objetivo de combater a crise climática. Alguns estudos sugerem que reduzir o consumo de carne e de laticínios é uma das melhores formas de reduzir o impacto pessoal na crise climática.⁴³ A redução do consumo de carne também traz benefícios para a saúde. Estima-se que os países de alta renda consumam níveis acima da quantidade diária recomendada de produtos de origem animal. Embora uma tendência para reduzir o consumo de carne e de laticínios esteja crescendo no Norte Global, o consumo de carne e de laticínios continua a aumentar no Sul Global, especialmente no Leste Asiático. De acordo com alguns estudos, estima-se que o consumo de carne e de laticínios continuará a aumentar no futuro.

Recentemente, a redução do consumo de carne e de laticínios promoveu o crescimento de indústrias e empresas produtoras de substitutos para a carne. Por outro lado, a produção de tais produtos nem sempre é sustentável, pois, com frequência, dependem de monoculturas para a produção de matérias-primas. As principais ETNs no setor da carne e de laticínios estão agora fazendo avanços no setor de substitutos para a carne de modo a manter e a concentrar ainda mais seu poder sobre os mercados. Tais setores não ajudarão a redistribuir o poder, pois as ETNs roubarão qualquer poder remanescente dos agricultores locais. O crescimento do setor também é uma ameaça para as pessoas que dependem da pecuária para o seu sustento.

O setor da pecuária é uma ameaça para o clima por causa de suas práticas insustentáveis. É uma ameaça para a igualdade por causa da exploração implacável de todas as pessoas trabalhando no setor. Isso significa que é preciso que haja uma transformação radical da setor da carne e de laticínios para garantir que métodos mais sustentáveis sejam usados para a produção de carne e de laticínios para consumo humano.

Os sindicatos devem lutar pela carne de melhor qualidade e mais sustentável: desde a produção até os direitos das pessoas trabalhando no setor.



43 Para mais informações, consulte: <https://www.theguardian.com/environment/2018/may/31/avoiding-meat-and-dairy-is-single-biggest-way-to-reduce-your-impact-on-earth>

44 Para mais informações, consulte: https://www.iuf.org/wp-content/uploads/2020/12/2013-The-food-system-and-climate-change_0.pdf and <https://www.etcgroup.org/content/lab-grown-meat-and-other-petri-protein-industries>

2. SISTEMAS ALIMENTARES LOCAIS DEMOCRÁTICOS

O trabalho na produção pecuária depende de grandes quantidades de insumos que não terão uma transição fácil para a agroecologia em um curto espaço de tempo. A nefasta concentração de riqueza e de recursos nas mãos das empresas e de investidores não irá combater a crise climática. Dessa forma, os sindicatos também devem lutar por outros tipos de transformação dentro do sistema para combater a crise do clima.

Os sindicatos devem exigir uma transição para uma maior produção local de alimentos.

É preciso transformar os sistemas alimentares. Não será possível atingir a soberania alimentar se as ETNs continuarem a dominar os mercados locais e a destruir a produção local. Os sindicatos devem fazer campanhas para a transição de sistemas alimentares globais e centralizados controlados por um pequeno número de ETNs para modelos mais descentralizados e locais de produção de alimentos. A produção local é capaz de estimular as economias locais e reduz a dependência dos agricultores locais em insumos das ETNs. Cadeias de suprimentos mais curtas também significam menores taxas de emissão de GEE.

Os sindicatos devem lutar pelo:

- **fortalecimento da resiliência** dos sistemas alimentares locais por meio da adoção de métodos agroecológicos;
- **diversificação das economias locais**, abandonando as exportações de produtos animais;
- **redução dos acordos de comércio e de investimento** que promovem um sistema de produção pecuária industrial de forma a colocar um fim na produção de alimentos orientada para a exportação.⁴⁵

Algumas economias são voltadas à exportação por conta da natureza de seus próprios países. Quando os alimentos são transportados por grandes distâncias, tal transporte deve ser feito com a menor pegada de carbono possível (p. ex.: por navios em vez de aviões). Assim, fica claro que é preciso fazer uma transição para energias renováveis ecológicas nos meios de transporte.

>>> **Para as principais reivindicações, consulte a Seção **B V****

Os sindicatos devem exigir a democratização dos sistemas alimentares.

É preciso que o poder não esteja mais concentrado nas grandes empresas, de forma que trabalhadores e trabalhadoras, comunidades locais e pequenos agricultores e agricultoras retomem a autonomia para que possam controlar suas políticas fundiárias, alimentares e agrícolas. Para isso, a transformação do sistema alimentar global deve ser feita com base nos direitos e ter como fundamento o trabalho digno e o respeito pelos meios rurais de subsistência.

Os sindicatos devem exigir o respeito e a proteção pelos direitos fundamentais de trabalhadores e trabalhadoras de acordo com o direito internacional e direitos democráticos mais sólidos, inclusive os direitos sindicais, incluindo:

- o direito a um ambiente de trabalho saudável e seguro;
- a proibição do trabalho escravo e infantil;

⁴⁵ Para mais informações sobre os fracassos da produção de alimentos orientada para a exportação, consulte: <https://grain.org/e/5639>

- o acesso às normas fundamentais da OIT.⁴⁶
- trabalho digno e seguro, incluindo o direito ao salário-mínimo e à igualdade.

Os sindicatos devem exigir que grupos em situação de vulnerabilidade, inclusive trabalhadoras e trabalhadoras rurais, indígenas e mulheres, **tenham representação e sejam incluídos nas tomadas de decisão.**

Setenta por cento das emissões de GEE são resultado da atividade empresarial. Assim, os sindicatos devem lutar por **legislações mais fortes e a restrição do poder das ETNs**, a regulamentação do seu impacto ambiental e garantias para que respeitem os direitos de trabalhadores e trabalhadoras e a oferta de trabalhos seguros e que sejam responsabilizadas por práticas prejudiciais ao clima. Os sindicatos também poderiam exigir **reformas no sistema fiscal** para que os indivíduos ricos e empresas paguem sua parcela.

Em muitos países, a pecuária industrial conta com **subsídios públicos**. Alguns agricultores e empresas do agronegócio recebem subsídios para manter o preço da carne e de laticínios artificialmente baixo. Mas tal prática é insustentável e é apenas outro indicador do fracasso do sistema. Ela sustenta o consumo em massa e o superávit de produção pecuária, levando a altas taxas de desperdício de alimentos. A situação leva ao prolongamento das práticas agropecuárias insustentáveis e prejudiciais ao meio ambiente.⁴⁷ Os sindicatos devem exigir que os subsídios das práticas prejudiciais ao clima sejam redirecionados para apoiar a transição para a agroecologia.

É possível implementar tais reivindicações fundamentais em ações práticas a nível local junto com empregadores e governos.

>>> Para as principais reivindicações, consulte a **Seção B V**

Bihar é um dos estados mais pobres da Índia. Condições meteorológicas extremas arrasaram lavouras e reduziram as estações de cultivo. Isso levou ao aumento da pobreza, da insegurança e do desemprego. Como resultado, a migração climática está aumentando e trabalhadores e trabalhadoras são explorados durante sua migração à procura de emprego.

Em Bihar, o sindicato indiano de trabalhadores e trabalhadoras rurais e da agricultura, o Hind Khet Mazdoor Panchayat (HKMP), está lutando para combater os impactos negativos da crise climática. O sindicato está aumentando a conscientização para a Lei Nacional de Garantia de Emprego Rural Mahatma Gandhi (MGNREGA, da sigla em inglês), que dá pelo menos 100 dias de trabalho assalariado para cada família cujos membros adultos se oferecem para fazer trabalho manual não qualificado.

Membros do HKMP não sabiam como exigir seus direitos de acordo com a MGNREGA. Graças às campanhas de sensibilização do HKMP e da Secretaria Regional da Ásia Pacífico da UITA, trabalhadores e trabalhadoras rurais agora podem garantir seus meios de subsistência sustentáveis. Trabalhadores e trabalhadoras estão plantando árvores, construindo rodovias e bacias, estão criando infraestruturas para gerar futuras fontes de renda, mitigando, ao mesmo tempo, os impactos da crise climática. O HKMP capacitou trabalhadores e trabalhadoras para procurarem meios de subsistência durante os longos períodos de entressafra. Isso ajudará a evitar que as pessoas caiam na pobreza e façam dívidas. A MGNREGA garantiu 570 empregos para trabalhadores e trabalhadoras rurais, aumentando a renda e os meios de subsistência de 1.850 pessoas, incluindo seus familiares.

46 Para as normas de trabalho da OIT, consulte: <https://www.ilo.org/global/standards/introduction-to-international-labour-standards/conventions-and-recommendations/lang--en/index.htm>

47 Para mais informações sobre sistemas alternativos para combater a crise climática, consulte: <https://www.iatp.org/nature-based-solutions-livestock>

Nos EUA, a pandemia da covid-19 expôs a fragilidade e a insustentabilidade da cadeia de suprimento da carne. A situação já era de vulnerabilidade após uma série de secas, que contribuíram para uma redução dos rebanhos de bovinos e a perda de postos de trabalho no setor dos frigoríficos. Nas últimas décadas, houve também o aumento da produção de derivados baratos da avicultura, um setor caracterizado por condições de trabalho abusivas.

O United Food and Commercial Workers Union (UFCW) tem tomado medidas contra o sistema de produção pecuária insustentável e explorador.

O sindicato defende a recriação do rebanho de pecuária americano, de modo a tornar as cadeias de suprimento mais resilientes, melhorar as normas trabalhistas e agir para a mitigação do clima. A recriação do rebanho de bovinos fortaleceria os sistemas locais de pecuária e possibilitaria a promoção de rotação de pastagem sustentável para o gado, tornando o setor mais resiliente face a secas e enchentes mais frequentes. Um rebanho bovino nacional mais robusto também reduz a dependência do gado criado em terras sujeitas ao desflorestamento.

Preços justos e acesso ao mercado para os agricultores também são fundamentais para a estratégia de mitigação climática do UFCW. Mas a maior parte do mercado produtor de carne dos EUA é controlada por um pequeno número de ETNs que baixam os preços dos derivados da carne. Assim, o sindicato também está defendendo a aplicação de leis antitruste mais rígidas (lei da concorrência) para enfrentar o acesso desigual ao mercado e impedir a fixação de preços predatórios, de modo a garantir que os agricultores locais consigam vender seus produtos da pecuária a preços justos.

Recentemente, a desregulação do sistema americano resultou no superávit de produção de grãos para ração. Isso causou uma queda dos preços dos grãos para ração para valores bem abaixo dos custos de produção, resultando em subsídios substanciais indiretos para a ração para a produção industrial de carne, que é a maior despesa do setor. Assim, ficou impossível para os produtores locais competirem com a produção intensiva. Por esse motivo, os sindicatos estão promovendo a reintrodução da gestão da oferta para garantir que os produtores recebam um pagamento justo no mercado sem subsídios diretos do governo. Isso reduziria a superprodução intensiva em massa e, assim, eliminaria o subsídio indireto para a ração para as operações de confinamento e abriria uma via economicamente viável para os métodos de produção agroecológicos.

O sindicato também está fazendo alianças entre produtores e sindicatos para fortalecer os direitos e as condições de trabalho no setor. O sindicato defenderá preços justos para agricultores e agricultoras por meio da promoção da gestão da oferta, aplicação das leis antitruste e da reforma dos processos de compras (de preferência para que os contratos governamentais de aquisição de alimentos sejam concedidos a agricultores e agricultoras e cooperativas de processadores de alimentos de propriedade de agricultores e agricultoras que respeitem as leis trabalhistas e o meio ambiente e injetem os lucros nas economias locais e regionais.) Em troca, solicita-se que agricultores e agricultoras apoiem o direito de sindicalização de trabalhadores e trabalhadoras. Tal estratégia tem o potencial de elevar o padrão da legislação trabalhista no setor de frigoríficos ao garantir contratos com os sindicatos, melhores salários e ambientes de trabalho mais saudáveis e seguros.

“A pecuária intensiva contribui muito para a emissão de gases de efeito estufa, que estão causando o aquecimento do planeta. As crises enfrentadas pelas trabalhadoras e trabalhadores estão interconectadas. Não podemos combater a crise climática sem lutar contra as injustiças do sistema alimentar global, pois grande parte dos alimentos mundiais é produzida e processada por pessoas que não desfrutam de segurança social e econômica e são assoladas pela pobreza. Capacitar agricultores e agricultoras para que possam vender seus produtos a preços justos e trabalhadores e trabalhadoras para que possam receber salários justos é uma estratégia de economia “trickle-up”. Dividendos de curto prazo para acionistas em detrimento de preços justos para agricultores e agricultoras e salários justos para trabalhadores e trabalhadoras são insustentáveis. Nossa estratégia é dar prioridade às pequenas empresas e trabalhadores e trabalhadoras em vez das grandes empresas e instituições financeiras e a prioridade para um planeta estável em vez de maximizar os lucros dos acionistas.”

Mark Lauritsen, Presidente da UITA e Chefe da Divisão de Processamento, Embalagem e Manufatura de Alimentos da UFCW, EUA

48 A gestão da oferta (e não gestão da cadeia de suprimentos) é um sistema desenvolvido para controlar a oferta e estabilizar o preço da produção pecuária. O controle da oferta evita a superprodução e proporciona rendas justas e estáveis aos agricultores e agricultoras, salários justos para a classe trabalhadora e preços justos para consumidores. As grandes empresas e políticos, que privilegiam acordos de comércio e de investimento, se opõem a esse sistema.

V. PODER SINDICAL PARA UMA TRANSIÇÃO JUSTA

Para transformar o sistema alimentar global, é indispensável fortalecer o poder dos sindicatos ao longo da cadeia de suprimento da pecuária. As reivindicações fundamentais de trabalhadores e trabalhadoras do sistema alimentar, ou seja, um salário-mínimo, emprego estável e um ambiente seguro de trabalho, são o âmago desta luta. É preciso fortalecer os sindicatos para que possam ajudar a formular e aprovar políticas, programas e planos de ação com diferentes atores de modo a garantir que estejam na vanguarda de quaisquer mudanças. Mas precisamos desenvolver reivindicações e ações práticas para serem apresentadas pelos sindicatos em nível local para que possamos atingir a transformação do sistema alimentar.

Esta seção apresenta ações e reivindicações práticas que os sindicatos podem fazer para lutar pela transformação do sistema alimentar em diferentes níveis: no local de trabalho, nas empresas e junto aos governos e instituições internacionais.

A. *Ação no local de trabalho*

Para lutarem por uma transição justa, é fundamental que os sindicatos ajam no local de trabalho, ou seja, nas fábricas, nas empresas ou a nível setorial.

Mapeamento da cadeia de suprimentos

Na pecuária, as práticas e emissões mais prejudiciais vêm das fazendas, mas aquelas pessoas que trabalham no processamento de carne e de laticínios precisam agir contra as práticas prejudiciais ao clima sem suas próprias cadeias de suprimento. A globalização do setor também significa que um pequeno número de ETNs controla o suprimento, o processamento e a distribuição de carne e de laticínios. Por outro lado, as ETNs são vulneráveis às perturbações nas cadeias de suprimento.

Quando possível com recursos suficientes, e com o apoio da UITA, os sindicatos devem trabalhar em cooperação dentro dos setores e entre fronteiras para mapear as cadeias de suprimento de suas empresas/locais de trabalho para entender melhor os impactos que as atividades no setor têm no clima. Os sindicatos devem compartilhar seus achados com outros sindicatos que têm menos recursos e podem fazer uso dessas informações para pressionar empresas a nível local para adotarem métodos de produção e práticas de aquisições mais sustentáveis ou para exigir a reestruturação sustentável das empresas.

Enfrentando a crise climática com acordos coletivos de trabalho

Os princípios para uma transição justa no setor da pecuária devem ser integrados em acordos coletivos de trabalho em nível nacional, setorial ou empresarial. Os sindicatos podem negociar novas disposições e emendar acordos existentes, inclusive cláusulas e disposições para uma transição justa que possam ser implementadas em nível local. Sempre que possível, os sindicatos devem mapear seus locais de trabalho e cadeias de suprimento. A partir daí, os sindicatos podem desenvolver as principais reivindicações que podem ser usadas em acordos coletivos de trabalho.

Os acordos coletivos de trabalho devem levar em consideração os princípios-chave para uma transição justa e incluir ações práticas que possam ser colocadas em prática por funcionários e funcionárias. Algumas das principais reivindicações/ações práticas que podem ser incluídas pelos sindicatos nos acordos coletivos de trabalho incluem:

- As empresas devem fazer o mapeamento/auditorias ambientais de suas emissões de GEE e dessas emissões em suas cadeias de suprimento;
- Promover/incentivar uma transição para práticas agroecológicas e/ou práticas mais sustentáveis de compras para as empresas de carne e de laticínios (p.ex.: reduzir o uso de agroquímicos, interromper a criação de animais em confinamento);
- Uma transição para o uso de fontes de energias renováveis;
- Investimento e criação de incentivos financeiros para práticas agroecológicas dentro da cadeia de suprimento;
- Inclusão da crise climática em programas de SST e a eleição, no local de trabalho, de representantes para o clima/ecologia/meio ambiente;
- Proteção e respeito pelos direitos fundamentais de trabalhadores e trabalhadoras;
- Oportunidade de requalificação e treinamento em novos métodos;
- Transição para novos trabalhos com proteção robusta dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras;
- Comitês conjuntos sindicato-empregador para fazer a gestão da transição, com representação adequada dos grupos em situação de vulnerabilidade (como mulheres, minorias étnicas e jovens);
- Monitoramento e avaliação do acordo coletivo de trabalho para garantir o cumprimento efetivo;
- Todos os acordos devem ser sensíveis às questões de gênero, identificando e enfrentando as desigualdades de base e com oportunidades para transformá-las.

O texto a ser negociando nos acordos coletivos de trabalho deve ser adaptado ao contexto nacional e setorial e deve permitir variações de acordo com os problemas específicos enfrentados pelas empresas individuais. É importante que o texto seja prescritivo o suficiente para proteger os direitos e rendas, mas que seja também flexível o suficiente para permitir a ação e comportar novas ideias e práticas.

É de interesse das afiliadas avisar seus membros e comunidades da sua intenção de fazer parte da solução da crise climática. As negociações com empregadores devem criar oportunidades para a capacitação e a criação de novos postos de trabalho na proteção do clima e do meio ambiente.

Um bom ponto de partida seria uma oficina de sindicatos/empregadores para discutir como o seu setor será diferente em 5 a 10 anos e o que deve ser feito para manter a viabilidade e proteger o emprego.

As negociações com os empregadores devem ser sensíveis às questões de gênero e garantir oportunidades iguais para mulheres e homens. Os acordos devem oferecer proteção contra qualquer tipo de discriminação durante a transição para novas formas de operação e novos empregos e organização trabalhista.

As negociações acerca da redução das emissões de GEE são uma oportunidade para o envolvimento de jovens trabalhadores e trabalhadoras na transformação do futuro de nossos trabalhos e setores.

Quaisquer disposições devem ter um preâmbulo para explicar o objetivo.

Amostra de cláusula de acordo coletivo de trabalho:

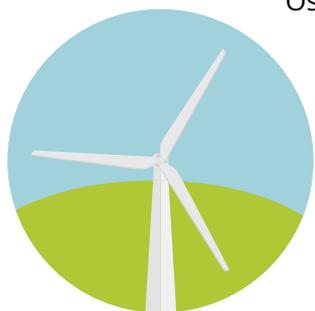
O (empregador) e o (sindicato) reconhecem a iminente ameaça para a atual viabilidade dos negócios e para a estabilidade e a segurança dos postos de trabalho representadas pelo aumento das emissões de gases de efeito estufa responsável pelo aumento das temperaturas globais e instabilidade climática. As partes deste acordo se comprometem a agir de forma cooperativa/colaborativa para reduzir tais riscos por meio de ações para reduzir as emissões. Ambas reconhecem a probabilidade de mudanças fundamentais necessárias para a operações de todos os setores e para as empresas individuais.

Clima, meio ambiente e sustentabilidade

1. As partes do presente acordo reconhecem os benefícios compartilhados para o empregador e funcionários e funcionárias de tal abordagem cooperativa para combater os principais riscos para a atual viabilidade dos negócios e da segurança do emprego.
2. As partes do presente acordo reconhecem os riscos resultantes da crise climática e se comprometem a adotar uma abordagem colaborativa e consultiva para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e mitigar os riscos.
3. Pelo menos uma vez ao ano, o empregador fornecerá informações a respeito das emissões de gases de efeito estufa provenientes de suas operações e de sua cadeia de suprimentos. O empregador fará uma apresentação para representantes sindicais no local de trabalho e sindicalistas relevantes a respeito dos riscos para a viabilidade dos negócios e a segurança dos postos de trabalho causados pela instabilidade do clima, explicará como é feita a mensuração das emissões e os planos para reduzi-las.
4. Caso o empregador não registre, meça ou planeje reduzir as emissões, o sindicato e o empregador se reunirão para desenvolver um processo detalhado para medir as emissões, estabelecer metas e revisar o progresso.
5. O empregador e o sindicato estabelecerão uma comissão para o clima, o meio ambiente e a sustentabilidade que reflita a diversidade da força de trabalho, com a inclusão de mulheres. A comissão realizará consultas e planejamento acerca dos riscos apresentados pela crise climática e as implicações para o trabalho e a segurança do trabalho das medidas planejadas para a redução das emissões. As propostas devem ser sensíveis às questões de gênero e garantir oportunidades iguais para mulheres e homens. Os acordos devem oferecer proteção contra qualquer tipo de discriminação durante a transição para novas formas de operação e novos empregos e organização trabalhista.
6. Como parte de seu mandato para reduzir os riscos para o emprego sustentável representados pela crise climática, a comissão irá:
 - 6.1 considerar as informações apresentadas pelo empregador de acordo com a cláusula 3;
 - 6.2 considerar e discutir as iniciativas para aumentar a segurança do emprego por meio do combate à crise climática, inclusive:
 - 6.2.1 obtendo a energia necessária para as operações a partir de fontes de energia renovável;
 - 6.2.2 melhorando a eficiência energética dos edifícios, equipamentos e maquinário da empresa;
 - 6.2.3 reduzindo os impactos ambientais da cadeia de suprimento da empresa;
 - 6.2.4 reduzindo as emissões das operações logísticas e de transporte da empresa, sejam ela terceirizadas ou não;
 - 6.2.5 melhorando a reciclagem e a proteção ambiental ao longo de todo o negócio;
 - 6.2.6 reduzindo o lixo;
 - 6.2.7 considerando mudanças na organização, nas horas e nos turnos de trabalho que poderiam ajudar a mitigar os efeitos da crise climática na segurança do emprego. Quaisquer mudanças propostas devem levar em consideração um processo de consulta completo com funcionários e funcionárias e levar em consideração suas responsabilidades familiares;
 - 6.2.8 considerando os riscos externos aos negócios e à segurança do emprego causados pela crise climática e identificar as estratégias de mitigação que possam ser implementadas para garantir o emprego sustentável e seguro;
 - 6.2.9 considerando as medidas e políticas de saúde e de segurança durante as ondas de calor e outros eventos climáticos extremos, inclusive seus impactos específicos nas mulheres trabalhadoras.

Agradecimento: A amostra de cláusula de negociação tem como base uma cláusula modelo de acordo empresarial desenvolvida pela afiliada australiana da UITA, a United Workers Union.

Lembre-se, é importante desenvolver uma estratégia de negociação eficaz para que os termos sejam incluídos da melhor forma possível nos acordos coletivos.



Os princípios para a transição justa/sustentabilidade também podem ser integrados às políticas de sustentabilidade no local de trabalho. As políticas no local de trabalho resumem os planos da organização para enfrentar uma questão específica e os procedimentos para tal.

Negociação de planos de transição justa

Sindicatos também podem negociar com as empresas para incentivá-las a adotar planos de transição justa de modo a facilitar a reestruturação sustentável de uma empresa. Sindicatos podem construir alianças com outros sindicatos em diferentes locais dentro de uma empresa, ou ao longo da cadeia de suprimentos, para levantar reivindicações coletivas junto à empresa. As principais reivindicações a serem consideradas poderiam incluir:

- auditorias ambientais;
- investimento em práticas agroecológicas;
- preferências de compras mais sustentáveis;
- transição para energias renováveis/descarbonização da empresa;
- investimento em treinamento/requalificação;
- investimento/desinvestimento (p.ex.: questionamento das estratégias dos acionistas);
- trabalhadores e trabalhadoras devem ter uma plataforma/participação na reestruturação.

A CSI criou um guia de campanha que oferece recursos, inclusive uma carta modelo, para auxiliar os sindicatos a identificarem quais passos já foram dados por seus empregadores.⁴⁹

B. Lobby junto as governos nacionais, estaduais e locais

Para transformar radicalmente o sistema alimentar global, os governos devem oferecer incentivos e um apoio robusto. Os sindicatos podem fazer lobby e usar seus processos nacionais tripartites para exigir que governos alterem suas legislações e políticas nacionais e se comprometam a criar fundos para auxiliar a transição. As reivindicações específicas dos sindicatos serão diferentes dependendo do seu contexto local, mas algumas das principais reivindicações podem incluir:

Fortalecimento da representação de trabalhadores e trabalhadoras

Os sindicatos devem fazer campanhas para que os governos fortaleçam seus fóruns tripartites locais e nacionais e para que trabalhadores, inclusive as mulheres trabalhadoras, tenham a representação adequada em tais fóruns. Isso permitirá que as preocupações e opiniões da classe trabalhadora sejam incluídas nos planos nacionais de transição justa de modo a garantir que trabalhadores, trabalhadoras e comunidades não tenham que arcar com as consequências da transição. Os sindicatos também devem exigir que as mulheres trabalhadoras tenham uma melhor representação nas negociações a respeito das mudanças climáticas nos setores da carne e de laticínios.

49 Para mais informações, consulte: https://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/2019-04_climateproof_ourwork_en.pdf and https://www.tuc.org.uk/sites/default/files/2021-06/greenerworkplaces_may21_2.pdf

Planos nacionais de transição justa

Os sindicatos podem fazer campanhas para que os governos adotem planos nacionais e regionais de transição justa. Trabalhadores, incluindo as mulheres, devem ser adequadamente representados em tais planos e devem ter a oportunidade para negociar e consultar.⁵⁰

Investimentos & políticas públicas

Os sindicatos devem exigir que os governos facilitem a transformação do sistema alimentar global por meio da introdução de políticas e investimentos públicos de apoio. As reivindicações para investimentos e políticas devem incluir:

- investimentos nos planos locais de diversificação das economias para infraestruturas verdes, de modo a criar novos empregos com boas remunerações. Na pecuária, isso pode incluir investimentos em postos de trabalho alternativo para possibilitar a transição e o apoio para que trabalhadores e trabalhadoras sejam relocados em postos de trabalho de acordo com a sua experiência e competência ou para construir e reabilitar as infraestruturas locais que fortaleçam os mercados locais de carne e de laticínios;
- investimentos na produção pecuária local para desviar as economias das exportações;
- investimentos na educação & qualificação em crise climática, práticas agroecológicas e outras práticas sustentáveis;
- investimentos em proteção social e medidas de apoio de renda para auxiliar trabalhadores e trabalhadoras cujos postos de trabalho possam ser temporariamente afetados pela transição para práticas agroecológicas;
- investimentos governamentais para fortalecer a resiliência das comunidades vulneráveis aos impactos da transição. Isso pode incluir:
 - o investimentos em serviços de saúde e sociais para trabalhadores, trabalhadoras e suas famílias;
 - o investimentos em projetos das comunidades locais, especialmente onde houver perdas de postos de trabalho por causa da transição. Isso poderia incluir postos de trabalho com foco na limpeza ambiental ou restauração, como a reabilitação de ambientes devastados pelas mudanças prejudiciais do uso da terra e desmatamento.
- incentivos financeiros para promover a transição para práticas mais sustentáveis, inclusive a adoção de subsídios para apoiar a transição para a agroecologia e a eliminação de subsídios governamentais para práticas agropecuárias prejudiciais ao clima. Isto também trará benefícios para pequenos agricultores e agricultoras, muitos dos quais já fazem uso de práticas agroecológicas.⁵¹
- intervenções ativas no mercado de trabalho para garantir o trabalho digno em empregos “verdes”;
- investimento público em propriedade pública e social nas principais infraestruturas/ setores econômicos, inclusive a energia, a tecnologia, o transporte e revertendo privatizações.⁵²

50 A OIT desenvolveu diretrizes para a transição justa para economias ambientalmente sustentáveis. Para mais informações, consulte: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_432859.pdf

51 Para mais informações sobre a ação, consulte: <https://www.iatp.org/tackling-livestocks-contribution-to-climate-change>

52 A Trade Unions for Energy Democracy (TUED) defende a propriedade pública. Para mais informações, consulte: <https://unionsforenergydemocracy.org/>

Regulamentos, legislação, políticas

Os sindicatos também devem fazer campanhas para mudanças dos regulamentos, legislação e políticas que perpetuam o sistema alimentar global insustentável. Isso pode incluir:

- maior regulação do poder das empresas, como por meio da introdução de leis antitruste/concorrência para ajudar a controlar e limitar seu poder sobre o mercado;
- um ambiente regulatório que responsabilize as empresas pelas práticas prejudiciais ao clima e ao desrespeito pelos direitos sindicais;
- sistemas de gestão de oferta para impedir a superprodução e estabilizar os preços dos produtos derivados da pecuária;
- os governos devem reprovar acordos de comércio e investimento prejudiciais que apoiem o sistema de pecuária industrial, contribuam para a crise climática e enfraqueçam os direitos trabalhistas. A sustentabilidade e a legislação trabalhistas devem fazer parte das políticas de comércio;
- regimes de tributação progressiva que promovam uma transição para métodos agroecológicos. Isso pode incluir a introdução de impostos mais altos para aquelas empresas que emitem grandes quantidades de GEE ou impostos mais altos para alimentos com ingredientes prejudiciais;
- legislação robusta para impedir a evasão e a elisão fiscais de modo a garantir que os governos tenham os fundos necessários para a implementação de políticas de transição climática;
- fortalecimento dos direitos democráticos, inclusive dos direitos sindicais.

Propostas que incluam a compra de créditos de carbono ou o investimento em tecnologias sem comprovação para a remoção do CO₂ da atmosfera devem ser recusadas. Nenhum tipo de plano para a redução drástica de emissões irá reverter a crise. É preciso interromper o uso de combustíveis fósseis, a destruição das florestas e fazer a rápida transição da pecuária intensiva para técnicas de agroecologia. Ainda não é tarde para as práticas habituais ou para as soluções com base no mercado.

Para isso, os sindicatos precisam fazer grandes campanhas de defesa de direitos e um forte lobby que sejam adaptados ao contexto de cada país. Alguns pontos importantes a serem considerados são:

- a construção de alianças com outros sindicatos de diferentes setores, com grupos ambientais, ONGs, movimentos sociais e a sociedade civil;
- a inclusão da ação climática/transição justa nos treinamentos sindicais de modo a aumentar a conscientização e mobilizar a classe trabalhadora;
- o aumento da conscientização do público por meio de campanhas, reuniões, oficinas, fóruns e eventos;
- a realização de pesquisas dentro e entre as cadeias de suprimento, quando possível, para dar destaque aos impactos climáticos das exportações, acordos de comércio e de investimentos e falta de regulamentação.

Os sindicatos não podem permitir que o lobby empresarial domine o diálogo a nível nacional, estadual e governamental a respeito das políticas e ações para combater a crise climática. Grupos ambientais podem não compartilhar os objetivos do sindicalismo na promoção do trabalho sustentável e do emprego digno. É fundamental que as afiliadas da UITA, em conjunto com outros sindicatos e aliados da sociedade civil, exijam ações e políticas climáticas que promovam os direitos democráticos e que tenham como objetivo final o trabalho sindicalizado sustentável e de qualidade. A perspectiva do sindicalismo deve fazer parte das negociações.



Na Dinamarca, o sindicato de trabalhadores da alimentação (NNF) tem trabalhado com o Conselho Dinamarquês para a Agricultura e Alimentos, as empresa de carne e de laticínios Arla e Danish Crown e outros grupos de interesse por meio de negociações tripartite para fazer lobby junto ao governo dinamarquês

para combater a crise climática no setor da agricultura e de alimentos.

Após vários meses de campanha, em 2021, o governo e o parlamento dinamarqueses chegaram a um acordo que obriga o setor agropecuário a reduzir as emissões de GEE provenientes de sistemas pecuários, com metas claramente definidas. Agora, o acordo será transformado em legislação vinculante, a qual contém medidas para fortalecer a legislação caso as metas não sejam atingidas.

As medidas do acordo incluem os compromissos do setor para reduzir a poluição dos recursos hídricos, para que as áreas pantanosas deixem de ser utilizadas para a pecuária e sejam transformadas em áreas de proteção ambiental, para aumentar a produção de alimentos orgânicos e para o desenvolvimento de mais produtos alimentícios de origem vegetal. O acordo inclui também o apoio governamental para plantação de novas florestas de modo a aumentar a biodiversidade e ajudar a armazenar CO₂, fundos para a pesquisa em soluções climáticas para o setor agroalimentar e acordos para reduzir a exportação de alguns animais.

Com tal acordo, a produção agrícola e de alimentos da Dinamarca pode, agora, planejar e se desenvolver de forma mais verde, sem perdas na produção e de postos de trabalho no setor.

Ole Wehlast, presidente da NNF, manifestou sua satisfação pelo fato de que a transição ecológica do setor agroalimentar dinamarquês acontecerá de forma justa e sustentável, inclusive em relação aos empregos no setor.

C. *Lobby junto às instituições internacionais*

O sistema alimentar global é governado por regulamentos e padrões internacionais estabelecidos pelos governos nacionais, assim como por aqueles estabelecidos pela OMC⁵³, ONU⁵⁴, inclusive a FAO⁵⁵, e o Banco Mundial⁵⁶. Tais instituições também têm influência nas políticas agropecuárias globais e de mudanças climáticas e nas normas de comércio e investimentos.

Entretanto, grande parte dessas políticas são uma ameaça à segurança alimentar e resultaram em um sistema alimentar global que explora a classe trabalhadora e o meio ambiente e prejudica o clima. Os sindicatos devem fazer lobby junto a essas instituições internacionais para apoiar a transformação do sistema alimentar global.

- Não é possível transformar a produção pecuária se as empresas globais continuarem a dominar os mercados locais e a destruir o sistema local diversificado de produção de alimentos e os acordos de investimento continuarem a atacar os direitos trabalhistas e a prejudicar o clima. Os sindicatos devem fazer campanhas contra acordos de comércio e de investimentos que aumentem os impactos negativos no clima.
- O comércio global que incentiva a monocultura e despreza a segurança alimentar não é compatível com o combate imperativo às mudanças climáticas. Os sindicatos também devem fazer campanha para a reforma das normas comerciais da OMC, que criaram um sistema agrícola focado nas exportações e que ignora as medidas de proteção do meio ambiente. Os sindicatos devem fazer campanhas para a realização de avaliações de impacto para considerar as consequências de tais acordos no clima, nos direitos trabalhistas e nas comunidades rurais. O sucesso dos sistemas comerciais não deve ser medido pelo nível das chamadas “barreiras regulatórias”, mas deve levar em consideração o impacto nas emissões e o respeito pelos direitos trabalhistas.⁵⁷ Para uma produção pecuária sustentável, os sindicatos devem também lutar para que os investimentos sejam redirecionados para mercados locais, nacionais e regionais.
- Os sindicatos podem fazer campanhas por normas que desincentivem o modelo não sustentável de produção mundial de alimentos/pecuária e devem lutar por um sistema regulatório que promova investimentos produtivos com base nos interesses de longo prazo da classe trabalhadora.⁵⁸
- Os sindicatos devem se unir à UITA para exigir que a FAO incentive a transição para técnicas agrícolas agroecológicas.

53 A OMC é uma organização intergovernamental que regula e facilita o comércio internacional entre os países. <https://www.wto.org/>

54 A ONU é uma organização intergovernamental que promove a cooperação e a paz entre seus estados membros. <https://www.un.org/en/>

55 A FAO é uma agência especializada das Nações Unidas que lidera esforços internacionais para combater a fome e melhorar a nutrição e a segurança alimentar. <http://www.fao.org/home/en/>

56 O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional que oferece empréstimos e subsídios aos governos. <https://www.worldbank.org/en/home>

57 Para mais informações sobre os acordos comerciais que prejudicam o clima, consulte: <https://www.iuf.org/wp-content/uploads/2020/12/2014-The-TISA-threat-to-food-and-agriculture.pdf> e <https://www.iuf.org/wp-content/uploads/2014-Trade-Deals-That-Threaten-Democracy.pdf> e <https://www.iuf.org/wp-content/uploads/2002-The-WTO-and-the-World-Food-System-a-trade-union-approach.pdf>

58 Para mais informações, consulte: <https://www.iuf.org/wp-content/uploads/2007-A-Workers-Guide-to-Private-Equity-Buyouts.pdf>

- Os sindicatos devem fazer lobby junto aos governos e às Nações Unidas para uma melhor representação sindical nas negociações climáticas para trabalhadores e trabalhadoras nos setores da carne e laticínios, inclusive uma maior participação das mulheres trabalhadoras.
- Os sindicatos devem fazer campanhas junto às instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, para auxiliar no financiamento da transição climática para economias verdes, especialmente para os países do Sul Global.

D. No sindicato

Aumentar o poder sindical entre trabalhadores e trabalhadoras no sistema alimentar global pode transformar o sistema alimentar.

Para que haja uma ação efetiva por uma transição justa no setor da pecuária, os sindicatos e seus membros devem ter um conhecimento sólido dos principais problemas. Por outro lado, membros podem não ter o conhecimento adequado ou podem ter pouco acesso às informações a respeito da crise climática, ou das alternativas pelas quais deveríamos estar lutando em prol do sindicato. Para que seus membros entendam as ações sindicais, bem como seus motivos, os sindicatos devem agir para garantir que conheçam melhor o problema da crise climática e seus desafios para o emprego no setor da pecuária. Todos os membros do sindicato devem ter acesso e receber treinamento sobre a crise climática, a contribuição da pecuária intensiva e suas alternativas para que, assim, possam entender melhor os problemas e o porquê de serem uma prioridade para os sindicatos. Isso também deve fazer parte do treinamento de SST. Os sindicatos também devem se certificar de que os problemas sejam sempre incluídos nas pautas de acordos coletivos de trabalho.

É importante que os sindicatos construam alianças com outros grupos de interesse relevantes no setor para lutar em prol da transformação do sistema alimentar. Isso pode incluir organizações da sociedade civil, incluindo grupos ambientais, pequenos agricultores e agricultoras, comunidades locais e organizações de mulheres. Assim, será possível que trabalhadores e trabalhadoras, agricultores e agricultoras e comunidades lutem por seus interesses. Os sindicatos podem trabalhar com esses grupos para desenvolver um melhor conhecimento dos principais problemas enfrentados e para criar campanhas conjuntas.



No Quênia, o sindicato queniano de trabalhadores e trabalhadoras da plantação de açúcar, o Kenya Union of Sugar Plantation and Allied Workers (KUSPAW), está aumentando a conscientização a respeito da crise climática e capacitando toda a classe trabalhadora para agir. Como parte do Projeto das Mulheres da UITA, o KUSPAW realizou uma oficina sobre a crise climática. Participantes da oficina identificaram diversos impactos da crise climática, incluindo ciclos menstruais irregulares, evasão escolar das crianças, deslocamento de famílias, safras com baixo rendimento, desnutrição, violência doméstica e perdas salariais. Em resposta, as mulheres fizeram a seguinte declaração sobre mudanças climáticas:

"Nós, mulheres da Chemelil Sugar Company, decretamos e declaramos que plantaremos 100 árvores por mês, com o apoio da diretoria, para combater a crise climática."

O grupo também adotou resoluções, incluindo:

- lei queniana sobre mudanças climáticas a ser colocada em prática;
- promoção de empregos verdes;
- redução do uso de combustíveis fósseis;
- cláusulas de mudanças climáticas a serem propostas nos acordos coletivos de trabalho;
- agir como embaixadoras para as mudanças climáticas tanto no local de trabalho como na comunidade;
- incorporar as mudanças climáticas em todas as sessões, oficinas e seminários no local de trabalho;
- sensibilização e conscientização;
- desenvolvimento de um manual sobre mudanças climáticas para treinar trabalhadores e trabalhadoras.

**A luta
pelo nosso
futuro:**



CADERNO DE ATIVIDADES



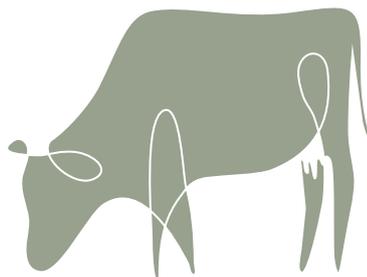
Este caderno de atividades contém alguns exemplos de atividades a respeito das principais questões abordadas no guia sobre a crise climática. As atividades foram elaboradas para permitir que trabalhadores, trabalhadoras e sindicatos discutam e aprendam mais sobre algumas questões e ideias abordadas no guia.

O objetivo das atividades é proporcionar a trabalhadores e trabalhadoras o conhecimento necessário para influenciar as condições para uma transição justa nos setores da carne e laticínios, para propor soluções práticas e ações para combater a crise climática.

Instrutores e líderes devem usar as atividades em oficinas e formações sobre as mudanças climáticas. As atividades podem ser utilizadas da forma como estão apresentadas ou podem ser adaptadas de acordo com as necessidades locais.

Cada atividade contém:

- **anotações do facilitador**, descrevendo os objetivos, os resultados esperados e as instruções sobre como executar a atividade;
- **folhas de atividades** para participantes, descrevendo o propósito e os objetivos das atividades e as tarefas a serem realizadas;
- **alguns recursos adicionais** que podem ser úteis para a sessão.





Atividade 1:

Entendendo a crise climática..... 48

Atividade 2:

Como meu local de trabalho contribui para a crise climática? 50

Atividade 3:

Planejando uma transição justa 52

Atividade 4:

Por que a crise climática é uma questão sindical? 54

Atividade 5:

Negociação com as empresas 56

Atividade 6:

Construção de uma campanha para lobby junto aos governos.....61

ATIVIDADE

Entendendo a crise climática

ANOTAÇÕES DO FACILITADOR



Tempo necessário

2 horas



Recursos necessários

- flip-charts
- canetas hidrográficas
- dois conjuntos de cartões coloridos
- quadros de avisos ou paredes grandes
- tachinhas ou fita adesiva



Objetivo

Permitir que participantes entendam as causas e as consequências da crise climática e entendam como a produção pecuária intensiva contribui para a crise climática.



Tarefa

Antes da atividade, para apresentar o tópico, o facilitador da sessão deve preparar uma apresentação de 10 minutos com base na **Seção A** do guia sobre a crise climática.

1. Organize as pessoas em pequenos grupos;
2. Exiba a apresentação preparada para apresentar o tópico;
3. Dê a cada grupo cartões de duas cores diferentes;
4. Peça para que cada grupo leia as perguntas e analise as causas e as consequências da crise climática e escreva as principais causas e consequências que encontrarem nos diferentes cartões coloridos;
5. Prepare duas áreas de exposição: uma chamada “Causas” e uma chamada “Consequências”;
6. Assim que os grupos estiverem prontos, peça para que colemb os cartões nas áreas relevantes;
7. Reúna os grupos em torno de cada uma das áreas de exposição e discuta quais são as causas mais importantes e as consequências mais relevantes para aquelas pessoas que trabalham na pecuária;
8. Resuma as principais ideias identificadas.



FOLHA DE ATIVIDADES:

Entendendo a crise climática

Objetivo

- Ajudar a entender melhor como a pecuária intensiva contribui para a crise climática.

Tarefas

Usando o que você aprendeu na apresentação, em pequenos grupos, pense nas **principais causas** da crise climática e nas **principais consequências** que a crise climática tem no seu país e na sua comunidade local.

Anote suas ideias nos diferentes cartões coloridos (uma cor para causas, uma cor para consequências).

As seguintes perguntas podem ser utilizadas para ajudar nas suas discussões:

- Qual é o papel do sistema alimentar global na crise climática?
- Quais são (ou serão) as consequências da crise climática no seu país/região?
- Como a crise climática poderia afetar trabalhadores e trabalhadoras?



ATIVIDADE **2**

Como meu local de trabalho contribui para a crise climática?

ANOTAÇÕES DO FACILITADOR



Tempo necessário

1 hora



Recursos necessários

- flip-charts
- canetas hidrográficas



Objetivo

Incentivar as pessoas a considerarem como os seus locais de trabalho estão contribuindo para a crise climática.



Tarefa

1. Organize as pessoas em pequenos grupos, com base no local de trabalho ou subsetor, se possível;
2. Dê a cada grupo um flip-chart e peça-lhes que pensem como os seus próprios locais de trabalho e/ou empresas contribuem para a crise climática;
3. Peça aos grupos para desenharem um mapa mental dos principais fatores contribuintes para a crise climática em seus locais de trabalho e em suas cadeias de suprimento, se relevante;
4. Peça aos grupos que leiam as perguntas para ajudar a guiar a discussão;
5. Assim que estiverem prontos, peça para que façam uma apresentação para os demais grupos em sessão plenária.





FOLHA DE ATIVIDADES:

Como meu local de trabalho contribui para a crise climática?

Objetivo

- O objetivo desta atividade é nos incentivar a refletir como nossos locais de trabalho estão contribuindo para a crise climática.

Tarefas

Os especialistas em meio ambiente sugerem que as principais causas das emissões na pecuária intensiva são:

- o metano emitido pelos animais;
- os recursos necessários para a criação dos animais;
- o desmatamento para produzir ração animal e áreas de pastagem;
- os resíduos poluidores, incluindo as emissões a partir do estrume, desperdício de alimentos e embalagens;
- a produção e o uso de agroquímicos;
- a energia proveniente de combustíveis fósseis utilizados ao longo da cadeia de suprimento.

Em pequenos grupos, considere essas principais fontes de emissões e pense em como o seu local de trabalho e/ou empresa está contribuindo para a crise climática. Desenhe um mapa mental no flip-chart e anote as suas principais ideias. Tente ser o mais específico possível. Se você trabalha no processamento de carne e laticínios, deve também pensar nas contribuições da sua cadeia de suprimento para a crise climática.

Considere as seguintes perguntas em sua discussão:

- Que práticas no local de trabalho podem contribuir para as emissões onde você trabalha?
- Quais são as principais fontes de emissões dentro da sua cadeia de suprimento?

Escolha alguém para apresentar suas principais ideias ao grupo em sessão plenária.

RECURSOS ADICIONAIS

Qual é a relação da agricultura industrial com a crise climática?

O vídeo e história em quadrinhos explicam a contribuição da pecuária intensiva para a crise climática.

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=sIQnED7PM-Y>

História em quadrinhos: https://www.grain.org/system/articles/pdfs/000/006/577/original/BAJA_CARNE_EN.pdf?1606928660



ATIVIDADE **3**

Planejando uma transição justa

ANOTAÇÕES DO FACILITADOR



Tempo necessário

2 horas



Recursos necessários

- flip-charts
- canetas hidrográficas
- cartões



Objetivo

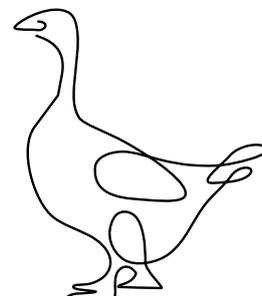
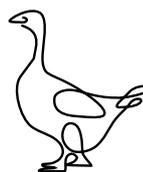
Permitir que as pessoas participando planejem uma transição justa na pecuária ao entender o que poderia ser um sistema alimentar alternativo favorável ao clima e quais estratégias e práticas são necessárias para chegar lá.



Tarefa

Antes da atividade, para apresentar o tópico, o facilitador da sessão deve preparar uma apresentação de 5 a 10 minutos com base na **Seção B** do guia sobre a crise climática e dar uma visão geral das principais reivindicações para a transformação do sistema alimentar. Dependendo da composição do grupo, o facilitador também pode pedir aos grupos que leiam a seção relevante do guia de crise climática.

1. Organize as pessoas em pequenos grupos;
2. Dê a cada grupo cartões, um flip-chart e uma caneta hidrográfica;
3. Peça-lhes que considerem quais são algumas alternativas ao atual sistema de produção pecuária e quais medidas podem ser tomadas para combater a crise climática;
4. Peça para que anotem suas ideias nos cartões;
5. Após preencherem os cartões, peça às pessoas que reflitam sobre as possíveis ações práticas necessárias para atingir o objetivo a nível da empresa, da cadeia de suprimento e dos governos;
6. Peça para que façam uma apresentação para os demais grupos em sessão plenária.





FOLHA DE ATIVIDADES:

Planejando uma transição justa

Objetivo

- Refletir sobre como poderia ser um sistema de pecuária sustentável;
- Examinar nossas práticas no local de trabalho e identificar as áreas que podemos mudar.

Tarefas

Para transformar a pecuária, precisamos fazer a transição para a agroecologia e para sistemas alimentares mais democráticos e locais. Em pequenos grupos, pense sobre como seria um sistema de pecuária sustentável no seu país e no seu local de trabalho. A Seção B do guia pode ajudar você a considerar como tornar tais ideias relevantes no seu contexto local. Anote suas ideias nos cartões (uma por cartão). Procure ser o mais específico possível.

Quando terminar, cole os cartões no centro de um flip-chart e pense nas ações que poderiam ser tomadas para atingir o objetivo – **ao nível do local de trabalho/empresa, dentro das suas cadeias de suprimento e conversando com as autoridades governamentais**. Anote suas ideias ao redor dos cartões.

Utilize as perguntas a seguir para guiar a sua discussão:

- Que práticas alternativas precisamos adotar para construir um sistema mais sustentável?
- Qual dessas opções podem ser adotadas nos nossos locais de trabalho?
- Quais delas devem ser abordadas ao longo da cadeia de suprimento?
- Qual tipo de apoio é necessário? Que medidas devem ser tomadas a nível nacional? E ao nível da empresa?
- Quais poderão ser as consequências para o emprego?

Reúna os demais grupos e apresente suas ideias em sessão plenária.

ATIVIDADE 4

Por que a crise climática é uma questão sindical?

ANOTAÇÕES DO FACILITADOR



Tempo necessário

90 minutos



Recursos necessários

- flip-charts
- canetas hidrográficas
- cartões



Objetivo

Permitir que participantes expliquem por que a crise climática deve ser considerada como uma questão sindical.



Tarefa

1. Mostre ao grupo o vídeo “Por que os sindicatos estão tomando ações para o clima?” (*consulte os recursos adicionais*);
2. Depois disso, organize as pessoas em pequenos grupos. Peça-lhes que imaginem que foram convidadas a preparar uma apresentação para convencer membros do sindicato de que a crise climática é uma questão sindical;
3. Utilizando o que aprenderam com o vídeo e as principais questões para ajudar na sua discussão, peça aos grupos para apresentarem argumentos que expliquem por que os sindicatos deveriam considerar a crise climática como uma questão fundamental nos acordos coletivos de trabalho;
4. Peça a cada grupo que apresente seus argumentos numa sessão plenária.





FOLHA DE ATIVIDADES:

Por que a crise climática é uma questão sindical?

Objetivo

- Apresentar argumentos que expliquem por que a crise climática é uma questão sindical.

Tarefas

Você deve preparar uma apresentação para seus companheiros e companheiras do sindicato de modo a convencê-los de que a crise climática é uma preocupação para trabalhadores e trabalhadoras e que deve ser integrada na pauta de negociações do sindicato. Em pequenos grupos, considere as perguntas a seguir e prepare uma breve apresentação com quatro argumentos-chave explicando por que a crise climática é uma questão para trabalhadores, trabalhadoras e sindicatos:

- Qual é a política do sindicato em relação à crise climática?
- Quais são os argumentos mais fortes para que a crise climática seja considerada uma questão prioritária para o sindicato?
- O que o sindicato deve fazer?

Escolha alguém para fazer a apresentação em uma sessão plenária.

RECURSOS ADICIONAIS

Vídeo: Por que os sindicatos estão tomando ações para o clima? Victorian Trades Hall
Este vídeo descreve por que a crise climática é uma questão sindical.

<https://www.youtube.com/watch?v=8gnYJKQDLU>



ATIVIDADE **5**

Negociação com as empresas

ANOTAÇÕES DO FACILITADOR



Tempo necessário

3 horas



Recursos necessários

- flip-charts
- canetas hidrográficas



Objetivo

Permitir que as pessoas integrem as reivindicações por uma transição justa às negociações no local de trabalho.



Tarefa

Esta atividade tem **duas partes**.

Parte 1

1. Organize as pessoas em pequenos grupos, com base no local de trabalho ou subsetor, se possível.;
2. Dê a cada grupo um flip-chart e uma caneta hidrográfica. Você também pode distribuir para cada grupo uma cópia da *amostra de cláusula de acordo coletivo de trabalho* do guia de crise climática (*consulte os recursos adicionais*);
3. Peça para que imaginem que farão uma reunião com o empregador para considerarem como tomar providências para a crise climática no local de trabalho e como integrar a transição justa na pauta de negociações do sindicato. O seu objetivo é apresentar medidas práticas para abordar a questão no local de trabalho;
4. Peça aos grupos que apresentem e anotem propostas concretas para acordos de negociação coletiva específicos para o local de trabalho, em vez de apenas princípios gerais;
5. Depois de apresentarem todas as suas ideias, peça aos grupos que as apresentem em uma sessão plenária.

Parte 2

1. Depois, peça que cada grupo imagine que está realizando uma reunião com a empresa para reivindicar sua participação na elaboração de um plano de ação para a transição para uma empresa amiga do clima;
2. Seu objetivo é apresentar as principais reivindicações a serem feitas à empresa para incentivá-las a adotar um plano de transição justa;
3. Peça aos grupos para considerarem as perguntas em suas discussões;
4. Depois que os grupos concluírem suas atividades, convide-os a apresentar suas propostas numa sessão plenária;
5. Resuma as principais reivindicações que surgirem das apresentações.

FOLHA DE ATIVIDADES:

Negociação com as empresas

Objetivo

- Apresentar propostas práticas que possam ser integradas em acordos coletivos de trabalho;
- Desenvolver reivindicações para fazer com que as empresas adotem planos de transição justa.

Tarefas

Parte 1 – Acordos coletivos de trabalho

Os sindicatos devem negociar medidas práticas no local de trabalho nos acordos coletivos de trabalho para apoiar uma transição justa. Imagine que você está fazendo uma reunião com seu empregador para discutir medidas para uma transição justa no local de trabalho. Em grupos, pense em medidas práticas e providências que podem ser tomadas no local de trabalho para facilitar a transição e anote no flip-chart. Considere também as medidas que estão atualmente em vigor no seu local de trabalho e como elas podem ser reforçadas.

As principais reivindicações dos acordos coletivos de trabalho poderiam incluir medidas práticas como:

- a transição para métodos de produção sustentáveis, que incluam a redução do uso de fertilizantes artificiais e pesticidas, como uma transição para a agroecologia;
- oportunidades de requalificação e treinamento;
- o fortalecimento das proteções dos direitos;





- a inclusão da crise climática em programas de SST e a eleição, no local de trabalho, de delegados/representantes sindicais para o clima/ecologia/meio ambiente;
- a formação e a conscientização sobre a crise climática e o acordo;
- medidas de acompanhamento e avaliação do acordo para assegurar o seu cumprimento efetivo, como comissões sindical/patronal conjuntas;
- a inclusão de medidas responsivas às questões de gênero.

Escolha alguém para fazer a apresentação em uma sessão plenária.

Parte 2– Negociação de planos de transição justa

Sindicatos também podem negociar com as empresas para incentivá-las a adotar planos para facilitar a reestruturação sustentável de uma empresa.

Imagine que vai fazer uma reunião com a diretoria da empresa para discutir a estratégia empresarial de resposta à crise climática. Você precisa apresentar as principais reivindicações a serem feitas à empresa para a transição para práticas comerciais mais sustentáveis. Considere as perguntas a seguir na sua discussão.

- Qual é a política da empresa em relação à crise climática?
- Quais mudanças queremos implementar? (Por exemplo, uma transição para práticas agroecológicas dentro da cadeia de suprimento, transição para energias renováveis, etc.)
- O que podemos exigir em termos de investimento/desinvestimento?
- Como podemos garantir que trabalhadores e trabalhadoras sejam representados na transição?
- Qual tipo de apoio é necessário?

Discuta também a sua estratégia de negociação e possíveis argumentos adequados a serem utilizados durante a negociação com as empresas.

Utilizando os flip-charts fornecidos, prepare uma apresentação e escolha alguém para fazer a apresentação em sessão plenária.



RECURSOS ADICIONAIS

Exemplo de cláusula de acordo coletivo de trabalho, Seção B do Guia de Crise Climática

O (empregador) e o (sindicato) reconhecem a iminente ameaça para a atual viabilidade dos negócios e para a estabilidade e a segurança dos postos de trabalho representada pelo aumento das emissões de gases de efeito estufa responsável pelo aumento das temperaturas globais e instabilidade climática. As partes deste acordo se comprometem a agir de forma cooperativa/colaborativa para reduzir tais riscos por meio de ações para reduzir as emissões. Ambas reconhecem a probabilidade de mudanças fundamentais necessárias para as operações de todos os setores e para as empresas individuais.

Clima, meio ambiente e sustentabilidade

1. As partes do presente acordo reconhecem os benefícios compartilhados para o empregador e funcionários e funcionárias de tal abordagem cooperativa para combater os principais riscos para a atual viabilidade dos negócios e da segurança do emprego.
2. As partes do presente acordo reconhecem os riscos resultantes da crise climática e se comprometem a adotar uma abordagem colaborativa e consultiva para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e mitigar os riscos.
3. Pelo menos uma vez ao ano, o empregador fornecerá informações a respeito das emissões de gases de efeito estufa provenientes de suas operações e de sua cadeia de suprimentos. O empregador fará uma apresentação para representantes sindicais no local de trabalho e sindicalistas relevantes a respeito dos riscos para a viabilidade dos negócios e a segurança dos postos de trabalho causados pela instabilidade do clima, explicará como é feita a mensuração das emissões e os planos para reduzi-las.
4. Caso o empregador não registre, meça ou planeje reduzir as emissões, o sindicato e o empregador se reunirão para desenvolver um processo detalhado para medir as emissões, estabelecer metas e revisar o progresso.
5. O empregador e o sindicato estabelecerão uma comissão para o clima, o meio ambiente e a sustentabilidade que reflita a diversidade da força de trabalho, com a inclusão de mulheres. A comissão realizará consultas e planejamento acerca dos riscos apresentados pela crise climática e as implicações para o trabalho e a segurança do trabalho das medidas planejadas para a redução das emissões. As propostas devem ser sensíveis às questões de gênero e garantir oportunidades iguais para mulheres e homens. Os acordos devem oferecer proteção contra qualquer tipo de discriminação durante a transição para novas formas de operação e novos empregos e organização trabalhista.
6. Como parte de seu mandato para reduzir os riscos para o emprego sustentável representados pela crise climática, a comissão irá:
 - 6.1 considerar as informações apresentadas pelo empregador de acordo com a cláusula 3;

- 6.2 considerar e discutir as iniciativas para aumentar a segurança do emprego por meio do combate à crise climática, inclusive:
- 6.2.1 obtendo a energia necessária para as operações a partir de fontes de energia renovável;
 - 6.2.2 melhorando a eficiência energética dos edifícios, equipamentos e maquinário da empresa;
 - 6.2.3 reduzindo os impactos ambientais da cadeia de suprimento da empresa;
 - 6.2.4 reduzindo as emissões das operações logísticas e de transporte da empresa, sejam ela terceirizadas ou não;
 - 6.2.5 melhorando a reciclagem e a proteção ambiental ao longo de todo o negócio;
 - 6.2.6 reduzindo o lixo;
 - 6.2.7 considerando mudanças na organização, nas horas e nos turnos de trabalho que poderiam ajudar a mitigar os efeitos da crise climática na segurança do emprego. Quaisquer mudanças propostas devem levar em consideração um processo de consulta completo com funcionários e funcionárias e levar em consideração suas responsabilidades familiares;
 - 6.2.8 considerando os riscos externos aos negócios e à segurança do emprego causados pela crise climática e identificar as estratégias de mitigação que possam ser implementadas para garantir o emprego sustentável e seguro;
 - 6.2.9 considerando as medidas e políticas de saúde e de segurança durante as ondas de calor e outros eventos climáticos extremos, inclusive seus impactos específicos nas mulheres trabalhadoras.

Agradecimento:

a amostra de cláusula de negociação tem como base uma cláusula modelo de acordo empresarial desenvolvida pela afiliada australiana da UITA, a United Workers Union



ATIVIDADE **6**

Construção de uma campanha para lobby junto aos governos

ANOTAÇÕES DO FACILITADOR



Tempo necessário

3 horas



Recursos necessários

- flip-charts
- canetas hidrográficas
- dois conjuntos de cartões coloridos
- quadros de avisos/flip-charts
- tachinhas ou fita adesiva



Objetivo

Permitir que participantes considerem as reivindicações a serem feitas ao governo para incentivar a transição para um sistema alimentar favorável ao clima. Ela também tem como objetivo incentivar os sindicatos a identificarem e a mapearem os principais alvos e aliados em uma campanha para um sistema alimentar mais sustentável.



Tarefa

Esta atividade tem **duas partes**.

Parte 1

Antes da atividade, para apresentar o tópico, o facilitador da sessão deve preparar uma apresentação de 5 a 10 minutos com base na **Seção B** do guia sobre a crise climática para introduzir as reivindicações que poderiam ser feitas aos governos.

1. Organize as pessoas em pequenos grupos;
2. Peça que imaginem que estão fazendo uma reunião com o governo para discutir a sua visão e as principais reivindicações para a transição para um sistema alimentar mais favorável ao clima;
3. O seu objetivo é apresentar as principais reivindicações para o governo em termos de investimento e políticas públicas;
4. Depois que todos os grupos terminarem a tarefa, peça para que apresentem suas ideias;
5. Resuma as principais reivindicações que surgirem das apresentações.

Parte 2

1. Após a conclusão da primeira parte da atividade, distribua cartões de duas cores diferentes para cada grupo;
2. Peça para que cada grupo identifique **alvos** específicos: pessoas ou instituições que devem ser persuadidas para que o governo apoie a transição. Peça aos participantes que anotem os alvos nos cartões coloridos. Eles podem incluir ministros do governo, funcionários públicos, partidos políticos. Organize-os em torno de uma área do quadro de avisos identificada como “alvos”;
3. Depois, peça para que cada grupo identifique **aliados** específicos: pessoas ou organizações que apoiariam a campanha de transformação do sistema alimentar. Peça às pessoas que anotem os aliados nos cartões coloridos. Eles pode incluir outros sindicatos, organizações ambientais, movimentos sociais, ONGs, jornalistas e meios de comunicação social solidários. Organize-os em torno de uma área do quadro de avisos identificada como “aliados”. Peça para que as pessoas sejam o mais específicas possível;
4. Quando terminarem de elaborar a lista de potenciais alvos e aliados, peça a todos que se reúnam em torno dos quadros de avisos e que cada grupo apresente os seus alvos e aliados, explicando os motivos de suas escolhas;
5. Depois, peça a todos que discutam:
 - a) os alvos mais importantes e as reivindicações que podem ser feitas;
 - b) os aliados mais importantes, e como podemos trabalhar com eles na campanha.

FOLHA DE ATIVIDADES:

Construção de uma campanha para lobby junto aos governos

Objetivo

- Incentivar as pessoas a refletirem sobre as reivindicações a serem feitas aos governos;
- Considerar com quem devemos dialogar durante as campanhas para uma transição para um sistema alimentar mais favorável ao clima.

Tarefas

Parte 1 – Reivindicações

Imagine que você fará uma reunião com o governo para discutir as principais políticas que deseja que sejam introduzidas para apoiar a transformação do sistema alimentar. Considere as perguntas a seguir para ajudar você a formular suas reivindicações. Anote cada reivindicação em um flip-chart.



Lembre-se de que as medidas devem ser relevantes para as necessidades específicas do seu subsetor e do seu país/região.

- Quais têm sido as medidas do governo para a crise climática?
- Que políticas públicas e/ou de investimento são necessárias para apoiar a mudança para um sistema alimentar mais favorável ao clima?
- Como podemos garantir a proteção do sustento dos trabalhadores e trabalhadoras? (*Considere, por exemplo: representação dos trabalhadores e trabalhadoras; garantia de emprego; proteção dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras; investimento na qualificação; proteção social*).
- Como podemos tornar essas reivindicações responsivas às questões de gênero?
- Que argumentos podemos usar para persuadir o governo?

Utilizando os flip-charts fornecidos, prepare uma apresentação das suas principais reivindicações. Escolha alguém do grupo para fazer a apresentação em sessão plenária.

Parte 2 – Estratégia de campanha

Durante a campanha para pressionar os governos, será preciso persuadir instituições e pessoas. Também precisaremos identificar indivíduos e organizações que apoiarão a campanha. Em pequenos grupos, considerando seu contexto local, discuta quem pode ser o alvo e os aliados na campanha para que os governos apoiem a transformação. Escreva os alvos e os aliados identificados nos cartões coloridos – uma cor para os alvos, uma cor para os aliados (*um cartão por alvo/aliado identificado*). Procure ser o mais específico possível. Considere as seguintes perguntas:

- Who are the potential targets? Who will you need to persuade? Who will you need to negotiate with?
- Who are our allies? Who will join us in the campaign?

Quando terminar de elaborar a lista de potenciais alvos/aliados, fixe os cartões na área correspondente do quadro de avisos marcada como “alvos” ou “aliados.”

Escolha alguém para apresentar suas principais ideias ao grupo.





A luta pelo nosso futuro:

Um guia da UITA
para combater a crise climática na
pecuária intensiva



CADERNO DE ATIVIDADES

A UNIÃO INTERNACIONAL DE TRABALHADORES DA ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA, HOTÉIS, RESTAURANTES, CATERING, TABACO E AFINS (UITA) É UMA FEDERAÇÃO SINDICAL INTERNACIONAL QUE REPRESENTA TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA AGRICULTURA E LAVOURAS, PREPARO E MANUFATURA DE ALIMENTOS E BEBIDAS, HOTÉIS, RESTAURANTES E SERVIÇOS DE CATERING E TODOS OS ESTÁGIOS DE PROCESSAMENTO DO TABACO.

A UITA É COMPOSTA POR 399 SINDICATOS FILIADOS EM 126 PAÍSES E REPRESENTA MAIS DE 10 MILHÕES DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS.



www.iuf.org

Email: iuf@iuf.org

Post: Rampe du Pont-Rouge, 8, 1213 Petit-Lancy (Switzerland)

Phone: + 41 22 793 22 33

Fax: + 41 22 793 22 38